

Figueiredo não admite que povo diga o que quer



Em discurso pela TV, quarta-feira, o general-presidente atacou o comício de Goiânia acusando-o de "coagir" o Colégio Eleitoral a votar em Tancredo Neves e não em Maluf. Figueiredo não tolera a pressão do povo na rua. Mas prepara a pressão covarde da força bruta, das medidas de emergência e do general Newton Cruz, tudo para favorecer Maluf. Pág. 3



À esquerda, a pressão que Figueiredo não aceita: 300 mil na rua; à direita, a pressão que ele usa: o general Cruz.

EDITORIAL

Discurso provocador

Povo não, general Cruz sim — foi o que disse em resumo o general Figueiredo na última quarta-feira em cadeia nacional de rádio e televisão. Ele reafirmou o que todo mundo já sabe: S. Excia. detesta o cheiro de povo e considera como subversão os movimentos de massas pela democracia.

Há 20 anos que os generais cassaram o direito elementar dos brasileiros elegerem o presidente da República nas urnas. Agora Figueiredo ataca os comícios e inclusive faz ameaças veladas de recorrer à Lei de Segurança Nacional, às medidas de emergência, e a outros instrumentos fascistas, na tentativa desesperada de conter a justa manifestação popular sobre a sucessão — mesmo com a escolha indireta.

O plano do regime é silenciar os democratas e os trabalhadores, impor Figueiredo como monarca absoluto — com o apoio prestimoso do general Newton Cruz, de rebenque em punho —, e depois passar o comando ao herdeiro Paulo Maluf com a gang da Freguesia do Ó.

É um desrespeito e uma provocação à nação. O próprio candidato das oposições, Tancredo Neves, alertou para uma "articulação da direita" visando tumultuar a sucessão. E, com muita razão, declarou que o remédio contra esta trama é "a ação pública mobilizada nas ruas".

Pronunciamentos arrogantes como o de Figueiredo só podem servir para subverter — aqui o termo é absolutamente adequado — o processo político em curso, onde os brasileiros exigem uma transição para a democracia. Não se pode desligar o discurso de Figueiredo do recente sequestro e tortura de um combatente opositorista no Maranhão e do assassinato do líder camponês Raimundo Nonato — Nonatinho — no último domingo. O general, ao agitar as soluções de força, alimenta a ação dos grupos paramilitares e terroristas criados nos porões do regime em que gozam de completa impunidade.

Mais tenebroso se torna o quadro quando se associa a fala presidencial com um documento atribuído aos altos comandos militares, exigindo de Figueiredo uma definição mais explícita pela candidatura Maluf e ainda prometendo "transportar a união das Forças Armadas do campo das palavras para o das ações concretas".

Nesta emergência, os democratas e patriotas não podem recuar um centímetro sequer. A nação em peso já mostrou com os comícios de milhões no primeiro semestre, e agora com a magestosa campanha iniciada em Goiânia, que o povo nas ruas é questão sagrada para a democracia. Ceder numa hora destas, aceitar que os brasileiros sejam mais uma vez silenciados, é capitular vergonhosamente para a ditadura. Não estamos mais em 1964 ou em 1968. Diversos líderes opositoristas já fizeram declarações deixando claro que é inaceitável a pretensão de Figueiredo. O senador Pedro Simon chegou a considerar "uma piada" o destempero do general.

Igualmente intolerável é a agressão raivosa contra os "partidos clandestinos". Mostra a saudade que o general alimenta dos tempos em que era chefe do SNL, quando imperava o AI-5, e o DOI-CODI deliciava-se torturando comunistas. Hoje o povo saudável, com palmas e palavras de ordem combativas, a presença dos oradores e das bandeiras vermelhas. Exige o enterro da legislação fascista e a legalização do partido do proletariado. A democracia é multicolorida, sr. General. É construída pela livre manifestação de todas as correntes de opinião, para que o povo escolha, com conhecimento de causa, sobre os rumos que mais servem ao país.

Os generais não gostam mas o povo quer. O povo continuará nas praças. Os comícios pela liberdade se multiplicarão por todo o país novamente. A candidatura Tancredo Neves ganhará força com o apoio das amplas massas.

Líder camponês assassinado à traição

Nonatinho abatido a tiros pelas costas, na porta de sua casa em Santa Luzia, Maranhão. Página 4

Canavieiros paralisam novamente Pernambuco

Cortadores de cana voltam a mostrar sua força na campanha salarial. A greve nas usinas na página 6

Povo toma parte ativa na campanha Tancredo

Através dos encontros populares e democráticos nos Estados o povo se instrui para a luta política.. Pág. 4

Congresso impulsiona luta dos metalúrgicos

1.570 delegados no Congresso de S. Paulo que debateu a luta salarial e a disputa sucessória. Leia na pág. 7

Por que as mulheres brasileiras lutam por direitos iguais

A discriminação da mulher no trabalho, na sociedade e em casa, com fatos e números, na página 5

Assalariados rurais fazem encontro e lutam em Penápolis

O desabafo de milhares de trabalhadores tratados como escravos no corte da cana e pior ainda na entressafra. Página 6

Um brasileiro conta como se vive na Albânia socialista

A partir deste número, uma série para comemorar os 40 anos da revolução albanesa. Página 2

O rádio está bem sintonizado com os ouvintes?

O poder do rádio — um meio de comunicação que atinge 75% da população adulta do país. Pág. 9



Mitterrand planeja o aumento do desemprego

O plano econômico do "socialismo" francês para 85, anunciado esta semana, nada fica a dever para qualquer governo conservador. O gabinete chefiado por Laurent Fabius, sob a batuta de Mitterrand, adotou definitivamente a austeridade monetarista para tentar contornar a crise econômica, lançando mão de uma política abertamente antioperária.

Um trabalhador que tome conhecimento do plano econômico do governo francês deve perguntar-se, com razão: Qual a diferença entre o "socialismo" de Mitterrand e o capitalismo de Margaret Thatcher? O centro das preocupações do programa, segundo o primeiro-ministro Fabius, é o déficit público, que atingiu em 83 a cifra de 8,5 bilhões de francos. O desequilíbrio financeiro tem empurrado a inflação, que fechou o ano passado em 9,7%.

Ao assumir o governo em 1981, os social-democratas franceses espalharam grande euforia, prometendo mais uma vez uma passagem tranquila e "sem traumas" ao "socialismo com liberdade". Anunciaram a retomada do desenvolvimento econômico com base nos investimentos públicos e prometeram que o desemprego, que aflija então 1,8 milhão de trabalhadores, "nunca

ultrapassaria a marca dos 2 milhões".

A fidelidade de Mitterrand às liberdades (para os capitalistas) fez com que as promessas de seu partido fossem uma a uma abandonadas. Frente às dificuldades da crise econômica e pressuroso em administrá-la do ponto de vista da burguesia, o governo "socialista" recuperou o slogan "exportar é o que importa". Como não se trata exatamente de uma fórmula original, o objetivo passou a ser a competição no mercado internacional.

A partir do ano passado, a preocupação maior de Laurent Fabius, que então ocupava o Ministério da Indústria, foi a redução dos custos de produção. Para tanto, lançou um programa de modernização e automação da indústria cujo resultado, além de baratear os produtos, será a eliminação de cerca de 70 mil empregos só na indústria automobilística, nos próximos dois anos.

REAÇÃO OPERÁRIA

A política de austeridade de Mitterrand tem encontrado firme resistência da classe operária francesa. Em janeiro, os operários da fábrica de automóveis Talbot entraram em greve contra as medidas de "racionalização" que colocariam na rua seus colegas. Em seguida, foi a vez dos trabalhadores da indústria naval, siderúrgica e da montadora Citroën. O ponto alto dos protestos foi a greve geral na região da Lorena, em abril, onde 100 mil empregos estavam ameaçados.

O novo plano econômico para 1985 inclui a redução drástica das despesas públicas, o que em palavras simples quer dizer corte de benefícios sociais conquistados pelos operários e demais trabalhadores. Fabius, porém, reduzirá em 10% os impostos cobrados às empresas, para "estimular a retomada da economia".

REVESES POLITICOS

Fruto de sua adesão à política dos conservadores mais empedernidos, o Partido Socialista de Mitterrand vem colhendo sucessivos revezes eleitorais, tendo perdido mais de 2 milhões de eleitores desde que chegou ao governo. Junto consigo arrastou a um profundo poço o partido revisionista de Georges Marchais que integrava até julho o governo e que nas recentes eleições para o Parlamento Europeu viu-se reduzido a magros 11% dos votos.

A crescente fragilidade política do governo já trouxe em julho a demissão do primeiro-ministro Pierre Mauroy, substituído por Laurent Fabius. Este, um burocrata no melhor estilo deflacionista, aprofundou a guinada para a direita, e acabou por afastar do gabinete os revisionistas do PCF. Forçado por sua base eleitoral, o partido de Marchais anuncia agora sua oposição ao plano de austeridade.

As medidas econômicas ardeadas agora pelo governo francês assinalam em toda a sua dimensão o fracasso de sua via reformista. Recusando o socialismo científico em favor das "liberdades" para a burguesia, os social-democratas apressam-se agora em adotar para a crise as mesmas receitas ministradas ao Brasil pelo FMI. (Silvio Queiroz)



Mitterrand pretende continuar a política do desemprego, apesar dos protestos operários

A chacina de Sabra e Chatila: prova da insinidade sionista

Há dois anos, no dia 18 de setembro de 1982, as tropas israelenses, aliadas às falanges libanesas, consumaram o monstruoso massacre de Sabra e Chatila, que resultou em mais de 70 mil vítimas, entre mortos (cerca de 3.500), feridos e desaparecidos. O episódio foi lembrado quinta-feira à noite na Assembleia Legislativa, numa solenidade de realização pela colônia palestina.

Na ação terrorista, as forças israelenses e os falangistas usaram bombas de fragmentação e fósforos, proibidas internacionalmente, alvejando indiscriminadamente hospitais, escolas e residências. Crianças, velhos e mulheres foram trucidados no que a OLP considerou como "a mais

ampla ação terrorista organizada na história moderna da humanidade".

O massacre ocorreu durante a invasão israelense ao Líbano, iniciada em junho. Foi uma verdadeira operação de guerra contra o povo palestino, com a ocupação de Beirute e o bombardeio de alvos civis.

O ataque a Sabra e Chatila, dois acampamentos palestinos, foi desencadeado no dia 16 de setembro pelos falangistas, com aval dos sionistas, dois dias depois do assassinato de Bachir Gemayel, presidente do Líbano aliado a Israel — fato que foi utilizado como pretexto para intensificar a matança de palestinos. O morticínio, que comoveu a opinião pública mundial e mere-

ceu o imediato repúdio dos povos, só foi interrompido no dia 18, em consequência das pressões generalizadas contra Israel.

Um sobrevivente, ao relatar a tragédia, conta que, no começo, os falangistas matavam a punhadas "para não fazer barulho e, mais tarde, franco-atiradores tomaram posição nas ruas de Chatila. Quem cruzava a rua, morria". Muitos foram assassinados de pijama na própria casa. Em numerosas residências crianças de 3 a 4 anos foram encontradas enroladas em cobertores ensanguentados. Mulheres e até meninas foram violentadas.

O massacre de setembro não foi um ato isolado. As barbaridades cometidas em Beirute integram a política beligerante de Israel, então governado por Menachem Begin.

Os intentos fascistas dos sionistas continuam dando o tom em Israel. Na formação do novo governo, de unidade nacional, fruto de um acordo entre os partidos Trabalhista e Likud, o general Ariel Sharon (principal responsável pelos crimes praticados em Sabra e Chatila, que chegou a ser afastado do Ministério da Defesa após o episódio) foi premiado com o Ministério da Indústria e Comércio. Por outro lado, os palestinos realizaram várias manifestações de protesto em Beirute no dia 18 de setembro, inclusive uma greve geral, mantendo bem acesa a luta de libertação nacional.



Crianças, mulheres e velhos assassinados em Sabra e Chatila



O Exército de Libertação Nacional chega a Tirana, em novembro de 1944

Albânia, um país sem crise ou desemprego

A Albânia socialista vai comemorar 40 anos de poder popular, no próximo dia 29 de novembro, numa condição privilegiada. Em quatro décadas ela conseguiu não apenas resolver os problemas básicos de sua população, como manter-se livre da aguda crise que fustiga o resto do mundo e particularmente dramática no Brasil de hoje.

A Albânia é um pequeno país europeu de apenas 28.748 quilômetros quadrados — que do mesmo tamanho do Estado de Alagoas — situado na parte ocidental da península balcânica, entre a Iugoslávia e a Grécia. Os seus 2,8 milhões de habitantes não conhecem mais problemas como dívida externa, inflação, desemprego, analfabetismo. Lá, ao contrário do que ocorre no Brasil, o custo de vida está em baixa — isto é, de quando em quando os produtos ficam mais baratos. A população não paga nenhuma espécie de impostos ou taxas. A educação e a saúde são inteiramente gratuitas e a economia não pára de crescer.

Isto pode parecer fantasia, mas não é. Conheci pessoalmente a realidade econômica e social da Albânia, quando lá estive, durante três semanas, no começo deste ano, numa delegação organizada pela Associação de Amizade Brasil-Albânia (entidade criada em São Paulo, em 1981, com o objetivo de fomentar as relações entre os povos dos dois países). Percorri mais de 2 mil quilômetros no pequeno território albanês e visitei as cidades mais importantes. Estive em fábricas, cooperativas agrícolas, hospitais, escolas. Andei pelas ruas, frequentei bares e restaurantes. Conversei com operários, políticos, trabalhadores do campo, jornalistas e até fui assistir a uma partida de futebol — os albaneses, como os brasileiros, são fanáticos por este esporte e sua seleção classificou-se este ano entre as oito melhores da Europa.

UMA NOVA SOCIEDADE

A atual sociedade albanesa, na verdade, é completamente diferente da que existia às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Naquela época a Albânia era um país agrícola extremamente atrasado. A maioria da população — 87% — vivia no campo, em condições de miséria quase absoluta, explorada pelos latifundiários e

40 anos de revolução albanesa

proprietários ricos, que possuíam mais da metade das terras. Não existia praticamente indústria e 59% dos trabalhadores do país estavam desempregados. O analfabetismo atingia 80% da população, chegando a 95% no campo e entre as mulheres.

Naquela época, 1938, a taxa de mortalidade da Albânia era a mais alta da Europa. O Estado gastava apenas 1% do seu orçamento com saúde, enquanto destinava 3,7% do mesmo orçamento para sustentar as mordomias do palácio real. A expectativa de vida era de 38 anos e apenas dez cidades eram servidas por energia elétrica.

Em abril de 1939 os fascistas italianos invadiram a Albânia. Mais tarde, chegaram os nazistas alemães. Durante mais de cinco anos os albaneses lutaram contra os invasores, organizados na Frente de Libertação Nacional, dirigida pelo Partido Comunista, hoje Partido do Trabalho da Albânia. Constituíram o Exército Popular de Libertação Nacional, que chegou a contar com 70 mil combatentes. E quando libertaram o país, em 29 de novembro de 1944, também aproveitaram para tomar o poder das mãos dos latifundiários, proprietários ricos, capitalistas e grandes comerciantes, consagrando o triunfo da revolução popular.

Formou-se então um governo provisório, com Enver Hoxha à frente, para enfrentar a situação dramática: um país tradicionalmente pobre e atrasado, que estava arruinado pela guerra. A Albânia foi um dos países mais devastados pela conflagração mundial. Perdeu 850 cidades e aldeias, um terço do gado, mais de 60 mil casas, todas as pontes, estradas, portos, e rede telefônica e a de energia elétrica. Em novembro de 1944 o comércio e a precária indústria estavam paralisados.

Dirigidos pelo governo provisório, revolucionário, democrático e popular, os albaneses arregaçaram as mangas e começaram a trabalhar. Iriam construir uma sociedade nova. (Luis Manfredini)

África do Sul mata negros que fazem greve nas minas

Mais de 10 mortos e de 300 feridos foi o resultado da selvagem repressão do governo racista aos mineiros negros da África do Sul, que realizaram combativa greve no último dia 17. Os mineiros paralisaram suas atividades reivindicando 18% de aumento salarial — eles ganham salários cinco vezes menores que os operários brancos. Foi a primeira greve legal da história do país, onde o governo racista impede toda e qualquer manifestação da maioria negra da população. Mas o fato de ser legal não amenizou a repressão dos policiais do *apartheid* contra os grevistas.

Devido à extensão do movimento, que parou sete minas de ouro (a África do Sul é o segundo maior exportador de ouro do mundo), o governo acabou concedendo aos grevistas aumento salarial de 15%, a redução da jornada de trabalho em 2 horas por quinzena e ainda o pagamento de férias — os negros não tinham direito a férias remuneradas. Apesar da brutalidade da repressão, os operários não se intimidaram, e durante a semana continuaram os enfrentamentos entre policiais racistas e negros, principalmente em Soweto.

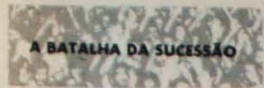
A greve foi convocada e dirigida pela União Nacional dos Mineiros, o sindicato dos operários negros (os brancos têm um ou-



Os negros ganham 5 vezes menos que os brancos nas minas

tro sindical) e abarcou mais de 40 mil trabalhadores da região de Welkom.

Também na semana passada tomou posse o novo parlamento sul-africano, integrado por 176 deputados brancos, 85 mestiços e 45 asiáticos. O chefe do governo racista, Pieter Botha, também integrou um mestiço e um asiático como ministros sem pasta de sua administração. Os negros não votam e nem podem integrar o parlamento e o governo na África do Sul.



A BATALHA DA SUCESSÃO

Congresso dos Jornalistas apóia luta contra Maluf

É necessário atuar em todos os campos e travar as batalhas que se fizerem necessárias para pôr fim ao regime militar e derrotar seu candidato à Presidência, Paulo Maluf. Esse é o entendimento dos jornalistas, expresso nas resoluções do XX Congresso Nacional da categoria, realizado semana passada em Salvador.

Tancredo opõe-se a pesquisas minerais em reserva indígena

A proibição de concessão para exploração de lavras e autorizações de pesquisa em jazidas minerais nas terras indígenas por um prazo de 20 anos conta com o integral apoio de Tancredo Neves. Na semana passada, o candidato das oposições à Presidência recebeu representantes de diversas nações indígenas e os deputados Haroldo Lima, Luiz Guedes, Gilson de Barros e Raulo Bittencourt, ocasião em que expressou sua posição. Tancredo afirmou que vai lutar pela aprovação do projeto de Haroldo Lima, que proíbe autorizações para pesquisa ou exploração de lavras nas terras habitadas por indígenas num prazo de 20 anos.

A preocupação de todos que apóiam a luta das nações indígenas com o problema é grande. O governo deseja liberar concessões do gênero a grupos econômicos e, na quarta-feira, o deputado Marcos da Fonseca da direção da Funai porque ele se recusou a assinar a portaria que regulamentava o DL 88-985, permitindo a entrada de empresas mineradoras particulares nas reservas indígenas. "O momento em que isso ocorrer, os índios morrerão e o governo brasileiro será o responsável por esta mortandade", disse o ex-presidente da Funai.

Malufistas tendem a impedir regulamentação do Colégio

A estratégia do Grupo Só-Diretas de obstrução dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, visando impedir a regulamentação do Colégio Eleitoral, poderá passar a ser adotada pelos partidários de Maluf. Quem prevê esta jogada é o deputado federal Luiz Guedes (PMDB-MG). Para ele, "os malufistas, prevendo a derrota do seu candidato no próprio Colégio, poderão tentar criar um impasse na sucessão presidencial, impedindo a regulamentação do Colégio. Guedes acha que "não há contradição entre a regulamentação e a continuidade da luta pelas diretas". A insistência do Só-Diretas na proposta do boicote ao Colégio acaba de aproximando cada dia mais dos malufistas.

Povo de Ecoporanga ao lado do candidato das oposições

Em Ecoporanga, um pequeno município do Norte do Espírito Santo, cerca de 200 pessoas, representando 42 comunidades, estiveram reunidas em uma assembleia popular para apoiar o candidato único das oposições, Tancredo Neves, e exigir o fim do regime militar. Entre outros, participaram o prefeito, o presidente do Sindicato Rural e o secretário do PMDB, deputado Josmar Pereira.

Estudantes promovem enterro do candidato do regime

Os estudantes da Universidade Federal do Piauí realizaram na semana passada um enterro simbólico do "presidiável" Paulo Maluf. Em frente à Reitoria houve um ato de protesto contra a tentativa continuista do regime militar e o caixão de Maluf foi incinerado. A passeata foi decidida numa assembleia por proposta do estudante Roberto Veloso. Militantes do PT ainda tentaram confundir o protesto, propondo o enterro do Colégio Eleitoral, mas foram derrotados pelos universitários presentes.

Pesquisa em Goiás dá ampla vantagem a Tancredo Neves

A sucursal da Tribuna Operária de Goiás realizou na semana passada uma pesquisa eleitoral no centro de Goiânia, na Praça do Bandeirante. Nela ficou comprovada a preferência do povo pelo candidato oposicionista, Tancredo Neves. Num total de 2.445 votantes, o candidato da Aliança Democrática obteve 2.225 votos. O corrupto Maluf ficou com apenas 202 votos. A pesquisa foi realizada em comemorações do 5º Aniversário da Tribuna Operária.

Leia e assinie a Tribuna Operária. Talão de assinatura na página 9



A cara feia de Figueiredo e Maluf diante das vaiaas, em Rondônia. Em Goiânia, 300 mil apóiam Tancredo.

Manifestações do povo definem o quadro político

Três manifestações públicas ocorridas na semana passada dão uma mostra do quadro político do país. Em Goiânia, quase meio milhão de pessoas aplaudiram Tancredo e vaiaram Maluf. Em Porto Velho os trabalhadores vaiaram a dupla Figueiredo-Maluf. E em Belo Horizonte o PT reuniu pouco mais de cinco mil pessoas para atacar Tancredo e as forças da Aliança Democrática.

O comício inicial da campanha do candidato único das oposições em Goiânia, dia 14, foi conclusivo. O povo identifica a campanha do candidato das oposições como o desdobramento que se impôs à batalha das diretas-já. A vibrante concentração, com bandeiras, faixas e oradores das mais diversas correntes oposicionistas, deu partida para uma nova jornada, em nível superior, da luta de massas pela democracia.

Mais uma vez se confirma que a unidade mais ampla possível é o que encerra a esperança de liquidar com o regime ditatorial e participa de forma decidida nos combates unitários — e com a sua presença tem condições tanto de imprimir a marca democrática à campanha do candidato como de forçar espaço para o povo e suas reivindicações mais sentidas no futuro governo.

CEGUEIRA POLÍTICA. Só o PT não viu isto. E na sua cegueira estúpida, bate no peito orgulhoso quando realiza minguações concentrações em locais onde meses atrás se reuniam centenas de milhares. Numa arrogância que só os generais conseguem igualar, pizam de traidores os que compareceram ao comício de Goiânia, sem ao menos perceber que o insulto atinge diretamente a imensa massa de trabalhadores que lá estava aplaudindo e gritando palavras de ordem pela democracia, contra Maluf e contra o regime militar. Não vêem que esta mesma multidão vai se reunir em todo o Brasil legitimando nas ruas a vitória de Tancredo Neves, enquanto os setecientos que se julgam donos da verdade vão sendo confinados nos guetos da estreiteza. A tal ponto vai a irracionalidade deste grupo, que agora o veneno da intransigência volta-se para dentro do seu próprio partido. Na manifestação em Belo Horizonte, no dia 14, não contentes em vaiar as forças oposicionistas que se dispõem a derrotar Maluf em qualquer terreno que se fizer necessário, as diversas seitas que compõem o PT passaram a agredir-se mutuamente e a engalfinharem-se em brigas

desatinadas, trocando tapas para ver quem dirige e quem fica de fora. PROTESTO NAS VAIAS. No dia 13 as vaiaas a Figueiredo-Maluf, em Porto Velho, Rondônia, foram simplesmente uma continuação de igual pronunciamento popular ocorrido há pouco tempo em Salvador. Com a inauguração da estrada Cuiabá-Porto Velho o governo queria somar pontos para o seu candidato. Mas o povo está farto de generais e de corrupção, mesmo que venham embulhados em promessas fantásticas, mas mentirosas. Em qualquer cidade onde o presidente aparecer com o ex-governador trombadinha a tiracolo a cena vai se repetir. E que ninguém venha dizer que é "coisa dos comunistas". O povo quer o fim do regime militar e não vai desistir deste objetivo. A insistência dos generais em agarrar-se ao poder só pode acelerar ainda mais o isolamento e desmoralização dos governantes e radicalizar a luta política no país. SEM EXCLUIR NINGUÉM. O rumo da campanha oposicionista aponta para a derrota de Maluf e para a vitória de Tancredo. Os operários conscientes e todos os democratas de fato tem razões de sobra para empenharem-se com todo o entusiasmo neste combate. O comício de Goiânia significou um imenso progresso. Não houve restrição ao pronunciamento das organizações populares e dos partidos ainda não reconhecidos legalmente. Mesmo assim, ainda se percebe que o espaço do povo é reduzido.

Os representantes dos trabalhadores ainda são colocados em segundo plano enquanto todo destaque fica para os representantes da oposição burguesa. Não se trata de excluir ninguém, o que seria desastroso. Mas é inteiramente compreensível que as massas não vejam com bons olhos o monopólio da direção dos atos nas mãos de uns poucos. O povo quer participar da campanha, quer discutir e contribuir na elaboração do programa do governo e quer ter direito a voz nos palanques. (Rogério Lustosa)

Figueiredo ataca comício de Goiânia

Milhões de brasileiros assistiram na TV, quarta-feira à noite, a esbravejante peroração do general Figueiredo contra a "promoção de comícios que têm propósito deliberado de coagir o Colégio Eleitoral, como no processo que culminou no recente comício de Goiânia". Acudido, o chamado Sistema militar apela para o jogo pesado em favor de Paulo Maluf.

"Coagir", no dicionário de mestre Aurélio, significa "constranger forças". E não se sabe como as multidões que se mobilizam em apoio à candidatura Tancredo Neves poderão usar da força para "coagir" o Colégio. Aliás, se as massas do povo dispusessem hoje de tal poder, o Colégio indireto não se reuniria, pois telegoias diretas já.

O que o povo pode fazer, e já começou, com o monumental comício de Goiânia, é pressionar politicamente os membros do Colégio. Esta pressão, mais do que legítima, corriqueira em qualquer democracia, é a arma que lhe resta na medida em que as eleições diretas não venham.

Coação mesmo, quem promete usar é o próprio presidente Figueiredo. Em seu pronunciamento de quarta-feira ele declara: "Garantirei o direito de voto no Colégio Eleitoral, livre de pressões e constrangimentos ilegais". Ora, foi quase com as mesmas palavras que Figueiredo justificou, em abril, o emprego das famigeradas "medidas de emergência" em Brasília para "garantir" a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Os observadores políticos interpretaram a repetição das palavras como sintoma evidente de que pretende-se repetir a dose — saltando o general Newton Cruz nas ruas da capital federal, com seu rebenque, seu porte

pio de autoridade, perturba-se a normalidade". E ainda exigiu "polidez" e "cortesia". Compreende-se, porém, que o povo ao mobilizar-se não seja polido nem cortez com tais governantes, que venderam o país ao FMI, esfomearam os trabalhadores e tratam os democratas a golpes de rebenaque. Sua alma, sua palma.

QUEM É O REPUIDIADO?

Na mesma linha, prosseguiu o general Figueiredo: "A presença acintosa, nessas reuniões políticas, de organizações clandestinas, defensoras de ideologias repudiadas pelo nosso sistema legal, constitui infração da ordem constitucional, que não podemos admitir".

Vale esclarecer aqui, primeiro, que as "organizações clandestinas" não o são por desejo próprio, mas única e exclusivamente por imposição do poder reacionário. Segundo, que o "nosso (!!!) sistema legal" referido por Figueiredo, que "repudia" tais organizações, chama-se Lei de Segurança Nacional.

"Não podemos admitir", diz o general, "a presença acintosa" do Partido Comunista nos comícios da oposição. E mais uma vez vira de costas para a Nação, pois as 300 mil pessoas presentes ao comício de Goiânia não só "admitiram" como ouviram e aplaudiram o PC do Brasil, por seu empenho na luta pelo fim do regime e na campanha oposicionista.

Figueiredo investiu ainda contra "o desrespeito demagógico à pessoa dos governantes", no ato público do dia 14, alegando que com ele "sofrem as instituições, subverte-se o princi-

A META DOS GENERAIS

O pronunciamento presidencial é, ostensivamente, o primeiro passo no cumprimento das diretrizes acertadas segunda-feira dia 17 com os seus ministros militares. Conforme a imprensa diária noticiou na quinta-feira, foi discutido ali um documento de autoria dos ministros, com 13 diretrizes cujo "objetivo final" é: "Contribuir efetivamente para a vitória do candidato do governo no Colégio Eleitoral".

Com esta meta o general Pires, o brigadeiro Délio, e o almirante Karam enumeram medidas de arripio os cabelos — que configuram não só coação mas quase um golpe de Estado para salvar a candidatura Maluf. Preconizam "reuniões sistemáticas" dos ministros militares para "acompanhamento" da sucessão. Conferem a cada "ministro da casa" uma "missão específica" na campanha. Exigem dos ministros civis "relatórios periódicos de suas ações concretas em apoio do candidato do governo".

E chegam ao cúmulo de criar um "grupo encarregado de pressionar a imprensa" em favor de Maluf!

E eles têm o tope de vir falar em coação! (Bernardo Joffily)



O general Figueiredo com os ministros militares: 13 diretrizes de arripio os cabelos...

Militares flagrados em campanha contra Tancredo

Na semana passada a revista "Veja" noticiou que no dia 10 de agosto dois sargentos, um capitão e um major foram presos em Brasília quando colavam cartazes vinculando a candidatura Tancredo Neves com os comunistas. Um tenente-coronel "surgiu de madrugada, para soltar os presos, conseguindo que nenhum registro fosse anotado" e esclareceu "que eles estavam a serviço do CIEH (Centro de Informações do Exército), órgão do Ministério do Exército chefiado pelo general Iris Lustosa".



PC do B no comício de Goiás

O candidato das oposições à Presidência da República, Tancredo Neves, denunciou os "indícios de articulação das forças de direita". Alertou que "os grupos de direita radical têm poder de perturbação da ordem e desrespeito às normas da Constituição e, mais ainda, poder até para o de-

poder. Outro objetivo que transparece é o de cercar ainda mais a atividade dos comunistas. Tirar as bandeiras vermelhas das praças, impedir a divulgação das propostas dos marxistas-leninistas no país.

Em recente documento, a Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil deixou claro que os comunistas trabalham pela vitória do candidato da oposição à Presidência da República. E esclareceu: "O apoio dos comunistas não se baseia em nenhum compromisso partidário com Tancredo Neves. O único compromisso é o do candidato com a nação de estabelecer uma ordem democrática e adotar uma política de Salvaguarda dos interesses do povo".

De outra parte, as bandeiras e as mensagens dos comunistas têm sido saudadas com entusiasmo nas praças públicas. Uma das exigências da população é a mais ampla liberdade democrática, com a legalização de todas as correntes políticas, inclusive o Partido Comunista do Brasil.

Líder camponês do Maranhão assassinado pelas costas

O regime do latifúndio e da reação carrega nas costas mais um crime de morte. Na noite de segunda-feira, dia 17, foi assassinado com quatro tiros, a tração, o destacado líder camponês maranhense, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e dirigente regional do Partido Comunista do Brasil, Raimundo Alves da Silva, o *Nonatinho*.

O crime ocorreu a poucos metros da casa de Nonatinho, quando ele voltava de São Luis, onde tivera participação intensa na Assembleia Popular e Democrática de apoio à candidatura Tancredo Neves. Os criminosos, em número de dois, estavam em um fusca amarelo. Aproximaram-se do sindicalista, pelas costas, e um deles acertou quatro tiros na região torácica da vítima. Consumado o crime, fugiram no automóvel. Nonatinho foi socorrido de imediato, por amigos e populares, e ainda deu entrada com vida num hospital de Santa Luzia, mas faleceu logo em seguida.

Raimundo Alves da Silva era um dos mais antigos e respeitados sindicalistas do Estado. Foi fundador e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, em 1971. Por sua atuação intrepida em defesa dos lavradores teve seu mandato sindical arbitrariamente cassado pela Delegacia Regional do Trabalho, em 1974. Assim mesmo Nonatinho permaneceu na luta, ajudando a fortalecer o Sindicato (veja o quadro), ouvido e respeitado pelos trabalhadores rurais da região.

E não só da região. Nonatinho participou também no trabalho que levou à criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão (Fetaema). Ao morrer, ocupava o posto de delegado-representante junto à Fetaema. Teve a mesma presença ativa nas articulações estaduais e nacionais para formar uma central sindical unitária. Foi delegado aos Enclaus e Conclats com este objetivo.

Mais do que um sindicalista, contudo, Nonatinho foi um trabalhador com consciência revolucionária. Camponês, aprendeu na dura escola da vida e da luta na terra a necessidade de fazer com que sua classe marchasse ao lado da classe operária, para conqui-

tar um Brasil de liberdade, independência, progresso e fartura para os trabalhadores. Por isso se tornou comunista, militante do Partido do proletariado.

HOMENAGEM A UM LUTADOR

Ao tombar, Nonatinho tinha 50 anos. Deixou viúva dona Francisca Silva e órfãos seus 12 filhos, na maioria menores de idade.

Ainda na véspera do crime, no plenário da Assembleia Legislativa, onde se realizou a Assembleia Popular e Democrática, ele teve sua última participação política. Ali pronunciou um vigoroso discurso, defendendo a candidatura de Tancredo Neves e vinculando-a à luta do povo brasileiro por melhores dias. Defendeu, com energia, a reforma agrária radical que ele sonhava ver implantada no Maranhão e no Brasil.

O enterro de Raimundo Alves da Silva foi quarta-feira, em Santa Luzia, com o numeroso cortejo saindo do Sindicato. Sindicalistas e amigos do combatente assassinado organizaram uma caravana partindo de São Luis, com a participação de parlamentares oposicionistas, como o deputado federal José Luis Guedes (PMDB-MG). Em Brasília, 20 deputados subscreveram telegramas ao Ministério da Justiça e ao governo do Maranhão, exigindo que se apure e castigue devidamente o crime covarde.

Segundo o deputado estadual Luiz Pedro (PMDB-MA), também presente ao sepultamento, "o assassinato de Nonatinho é fruto da impunidade dos autores e mandantes dos crimes contra os lavradores do Maranhão. É consequência direta, também, da existência do atual regime militar, que transformou em cenários do cotidiano a violência contra o povo e o desprezo aos mais elementares direitos". (da sucursal)



Um Sindicato de briga

Nonatinho, abatido a tiros, integra a vasta galeria dos mártires da luta pela terra no Brasil. So este ano, no Maranhão, foram 13 as vítimas fatais do latifúndio. O Sindicato de Santa Luzia, em dois anos, perdeu dois diretores nessa guerra covarde contra os que cultivam a terra.

O próprio Sindicato, herdeiro de tradições combativas, foi vítima de uma verdadeira operação militar em novembro passado, durante suas eleições. Centenas de soldados do Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) de Imperatriz, dezenas de solda-

dos da PM, funcionários do Gerat e da Polícia Federal, a Prefeitura local e vereadores do PDS foram usados na manobra, com o objetivo de impedir a vitória da chapa de que Nonatinho participava. Chegou a haver intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato, com novas eleições três meses depois.

Porém a operação não deu certo. Na nova eleição, venceu largamente a chapa liderada pelos poderosos. Nonatinho, na época, sintetizou a lição do episódio: "A unidade dos trabalhadores é de ferro".

Governo faz de tudo para manter arrocho

A política salarial do governo está tão ou mais desgastada que seu executor. Nessa metade de setembro está tramitando no Congresso Nacional legislação que pretende alterar o faturamento 2.065. O projeto do senador Nelson Carneiro que propõe 100% do INPC para todas as categorias, acabou tendo chances de ser votado. Mas o governo inseriu a emenda do líder do PDS na Câmara, Nelson Marchesan, que, na prática mantém o 2.065 com pequenas alterações. O governo endureceu as negociações com a ameaça de sempre de impedir a votação e baixar um decreto, igual ao atual, com outro número.

ORDEM DO FMI

A política salarial de arrocho é ponto de honra — se é que podemos usar essa palavra — para o FMI e para os ditadores militares. O 2.065 tem sido repudiado por centenas de greves que ocorrem em todo o país, em todos os meses de 1984. Até os empresários, através das suas confederações, combatem, a seu modo, a atual política salarial. Querxam-se de que ela é uma das raízes da recessão.

Caso seja posta em prática a emenda Marchesan, nada acontecerá para as

faixas de um a três e de três a sete salários-mínimos. Para os que ganham de sete a 15 mínimos poderá haver um aumento de 10% nos salários. Os que ganham acima dessa quantidade escapam das leis e se enquadram nas mordomias, nos chamados cargos de confiança ou nos altamente especializados (cujos salários são regulados pelo mercado e não por decretos).

Ou seja, as medidas terão efeito desprezível sobre o poder aquisitivo da massa de trabalhadores. São uma forma de não mudar em profundidade. A proposta do governo é tão cínica que fala em "livre negociação" para parcelas acima de 80% do INPC. Essas negociações de "livre" não têm nada. Não há liberdade sindical, nem autonomia (direito de greve etc.), e até a parcela "livre" só poderia ir até o "teto de 100%".

Manter o arrocho, este o objetivo do governo, esta a ordem do FMI. No entanto as greves dos trabalhadores têm conquistado vitórias, sem conseguir derrubar a lei mas abrindo brechas. A grande brecha é a mudança no prazo. Os operários da Cosipa estão à frente da luta, com sua greve pelo reajuste trimestral, acima do INPC, num desafio aberto ao 2.065.

Mais um pacote para obedecer ao Fundo

No dia 12 de setembro o Conselho Monetário Nacional vomitou resoluções recessivas, demonstrando que o governo Figueiredo, até os últimos dias, quer passar para a história como a catástrofe que entregou o Brasil nas mãos do FMI.

A desculpa apresentada foi o combate à inflação mas os verdadeiros objetivos foram principalmente dois: cortar pela raiz a leve retomada vivida nos últimos meses; e ir forçando uma "abertura dos portos" para o capital estrangeiro, liberando o comércio exterior.

Técnicamente as medidas foram em dois sentidos: retirar dinheiro do mercado (principalmente crédito a médio e longo prazo) e facilitar as importações.

Para cumprir o primeiro objetivo as medidas foram extremamente duras. Elas representam cargas de grosso calibre na política econômica, como por exemplo a elevação do depósito compulsório sobre crédito de médio e longo prazo. Esses depósitos estavam fixados em 10% do total; agora passaram para 22%. Isto significa que para cada Cr\$ 100 milhões de depósitos bancários a médio e longo prazo, 22 mil-

hões terão obrigatoriamente de ficar depositados no Banco Central.

As outras medidas monetárias são no mesmo sentido, diminuindo o crédito à disposição da atividade produtiva. Ora, como em nosso país o sistema financeiro é altamente concentrado, e numa crise todos precisam desesperadamente de crédito, as medidas desencadearão forte alta dos juros. Portanto, ao contrário do que diz o governo, as medidas são inflacionárias.

No campo do comércio exterior as medidas também foram duras. Prejudicam as exportações, diminuem as reservas cambiais do país e facilitam as importações, com diminuição de taxas e retirada de vários poderes da Caetx.

Muitos perguntam: Mas como é que o próprio FMI estimula medidas que prejudicam as exportações e dificultam o pagamento da dívida? Acontece que o objetivo do agente máximo dos banqueiros internacionais não é que a dívida seja paga. Eles querem é que a situação atual de dominação se perpetue e amplie. E usam a velha tática: "destruir para dominar". O governo Figueiredo aceita o cabresto, docilmente.

Invasão e roubo de editora em S.Paulo

A sede da ACS Editora Ltda., responsável pelo semanário "Convergência Socialista", foi invadida na madrugada de 18 de setembro último por terroristas que roubaram material da redação, o arquivo do jornal, fitas gravadas com entrevistas, negativos de filmes fotográficos, agenda telefônica de trabalho etc.

Uma testemunha ocular da invasão afirmou que o crime foi cometido por quatro homens, que ocupavam um *Vanage* preto. "Pelos seus características e pelo tipo de material levado pelos invasores, fica claro que não se trata de ação de ladrões ou criminosos comuns. Esse tipo de investida tem caracterizado a ação de grupos ligados aos órgãos de repressão do regime militar não mais sob fachada legal, mas sob a clandestinidade", denunciaram os responsáveis pela ACS Editora.

A polícia, ao invés de buscar os responsáveis pelo crime, colocou o jornal "Convergência Socialista" sob vigilância. "Vários telefonemas dirigidos à editora, ainda no dia 18, caíram diretamente na Secretaria de Segurança Pública", denunciaram os responsáveis pela editora, que apelam a todos os democratas para que se somem à denúncia do crime e à luta pelo fim da LSN e dos organismos de repressão montados pela ditadura militar.

Participação popular na campanha

Em quase todos os Estados do país vêm sendo realizadas assembleias populares e democráticas em apoio a Tancredo Neves. Através delas, as lideranças do povo vão fazendo seu aprendizado político, participando de forma organizada na batalha sucessória, e ajudando a forjar e tornar mais poderosa a frente única contra o regime militar.

Em São Paulo, prevê-se a participação de pelo menos 10 mil pessoas no encontro do dia 23, no Pacaembu. Foram organizadas caravanas em São José dos Campos (15 ônibus), Tatuapé (oito ônibus), Embu (cinco ônibus), Ribeirão Pires, Poá, Suzano, Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Piracicaba, Araçatuba, Sorocaba, Marília, Presidente Prudente, Osasco e Guarulhos.

PRESEÇA POPULAR

Às vésperas da Assembleia, estão garantidas mais de 100 caravanas só na capital. Ficaram confirmadas as presenças no encontro de dirigentes dos sindicatos dos Metalúrgicos, Metroviários, Têxteis, Vidreiros, Gráficos, Padeiros, Distribuidores de Petróleo, Aeroviários, Borracheiros e Eletricitários, além de dezenas de outras entidades populares.

Aguarda-se inclusive a participação do próprio candidato oposicionista, Tancredo Neves, e do governador paulista, Franco Montoro. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, os senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, o vice-governador Orestes Quercia e o prefeito Mário Covas também confirmaram a presença.

Foi elaborado um manifesto



Iris Rezende e Aldo Arantes na Assembleia que, em Goiás, reuniu mais de 2 mil pessoas

da Assembleia Popular ao povo paulista, contendo indicações ao programa mínimo do governo oposicionista, que será lido na abertura do encontro. A organização de uma Tribuna Livre durante o ato abrirá espaço para uma grande participação das lideranças populares; prepara-se um show acompanhado de um julgamento popular de Paulo Maluf antes da conclusão com discursos das principais lideranças políticas.

OUTROS ESTADOS

Em Goiás, a realização da Assembleia Popular e Democrática, no último dia 13, foi coroada de êxito. Houve a significativa participação de dezenas de lideranças sindicais, populares e democráticas e de mais de duas mil pessoas. O encontro foi coordenado por Divino Goulart, secretário-geral da Fetaeg, e contou, também, com as presenças do



governador Iris Rezende e dos deputados Aldo Arantes e Tobias Alves, do PMDB. As discussões foram ricas e culminaram na elaboração de um documento contendo propostas para o programa mínimo do governo oposicionista, entregue a Tancredo no comício de Goiânia (veja a reportagem na página 10).

Já no Maranhão, a Assembleia Popular e Democrática, realizada dia 16, contou com a participação de 60 entidades populares, entre as quais 22 sindicatos de trabalhadores, duas federações, 8 sindicatos de trabalhadores urbanos, 3 associações profes-

sionais, 10 unidades de moradores de São Luis, representantes estudantes, diretores do PMDB, entre outros.

Em Pernambuco, ocorreu no dia 11, na Assembleia Legislativa, a primeira reunião para organizar no Estado o ano popular e democrático, previsto para o dia 29, com a participação de representantes dos partidos colocados na ilegalidade, personalidades democráticas como Marcos Freire, Francisco Juliano, Miguel Arraes e Cid Sampaio, mostrando que a convocação é realizada com um espírito amplo e unitário.

LUCÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Não ficar só com um grupo

Uma questão chave da tática política é saber levar em conta as posições das mais diversas correntes de opinião e não de apenas um grupo ou partido. Só assim é possível incorporar as massas na luta política e ajudar para que, com a sua própria experiência prática, elevem seu nível de consciência e de organização.

ESPIRITO UNITÁRIO

O comício de Goiás, de lançamento da candidatura Tancredo Neves, com uma multidão maior do que a que se reuniu no primeiro semestre pelas diretas já, é rico de ensinamentos sobre esta orientação.

Na Praça Cívica estavam representadas de todos os setores sociais descontentes com o regime militar, com concepções de mais diversas possíveis, mas unidas pela determinação de derrotar o candidato do governo, do continuísmo e da corrupção, Paulo Maluf, e de dar a vitória ao candidato único das oposições, Tancredo Neves. (Só faltou o PT, que preferiu se manifestar com algumas pichações na cidade dizendo não, tanto a Maluf como a Tancredo, e realizando uma pequena manifestação contra Tancredo em Belo Horizonte. O PDS ficou torcendo para que fosse mais gente na concentração do PT.)

O povo afluiu em massa para o comício porque sentiu que ali se reuniam forças capazes de levar adiante a batalha contra Figueiredo e o regime que ele representa. Neste sentido os trabalhadores identificam a campanha do candidato único das oposições como um desdobramento necessário da luta pelas diretas já. O espírito de unidade impulsiona a presença massiva. No curso deste processo unitário o povo aprende a distinguir as diversas posições e sente a necessidade de se organizar para defender as que melhor interpretam seus interesses.

BOA CABEÇA

Mas não é só isto. Na manifestação, os participantes aplaudiram desde o representante do Partido Comunista do Brasil, até os políticos da Frente Liberal e mesmo dissidentes do PDS como Antônio Carlos Magalhães. Não é por ter "memória curta", como se apressam alguns a concluir, que o povo acolhe o ex-governador baiano com palmas. Pelo contrário, é sinal de boa cabeça. O povo sabe muito bem que o governo de Antônio Carlos na Bahia foi antipopular e antidemocrático. Mas sabe mais ainda que o problema mais urgente que se apresenta hoje é pôr fim aos 20 anos de regime militar e que para isto é indispensável acompanhar as mudanças políticas e unir todas as forças possíveis. O fato de Antônio Carlos romper com o sistema do qual até recentemente fazia parte, responder com firmeza aos ataques do brigadeiro Délio Jardim, e apontar Maluf como corrupto, é visto, com justa razão, como positivo.

A tática de unir todas estas correntes hoje não implica o compromisso de manter o mesmo leque de alianças numa nova situação. Resolvidos certos problemas, outros entrarão na ordem do dia e outra será a composição de forças. Estas questões os trabalhadores vão compreendendo não através de empoladas dissertações abstratas mas pela discussão, no curso do combate.

O POVO EM AÇÃO

O essencial é que com os grandes comícios imensas camadas sociais até então mantidas na passividade, seja por falta de consciência, seja pelo temor da repressão, passam a discutir os problemas da nação e sentem que a sua presença é fundamental para elaborar as soluções. Entram em cena fundamentalmente os operários e demais trabalhadores. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Idéia reveladora

O malufista Murilo Badaró "inventou" uma receita para fazer comícios pró-Maluf: sortear automóveis em praça pública. A idéia não é inovadora. Quando era governador o candidato de Figueiredo teve a pretensão de angariar a simpatia popular distribuindo carros aos jogadores da seleção brasileira. (Não melhorou sua imagem e ainda foi condenado a pagar o prejuízo ao erário público.)

A tolice tem méritos. Revela o desprezo desta gente à inteligência do povo. E justifica a merecida fama de corrupção do Partido Do Salim (PDS). Mostra também que apesar da fingida desconsciência sobre as manifestações de massas, o povo nas ruas preocupa e atemoriza os partidários do regime militar.

O sr. Badaró, derrotado nas últimas eleições — apesar de certamente distribuir um pé de sapato no interior (depois da eleição entrega o outro), — como os generais e o próprio Maluf, não percebe que os tempos estão mudando muito rapidamente. As migalhas que sempre foram distribuídas aos poderosos para funcionar a neutralidade dos oprimidos já não funcionam. O povo sai às ruas aos milhões exatamente porque quer mudar. Chega de corrupção. Chega de Maluf e Figueiredo. E o ansioso geral.

Mulheres: luta árdua por direitos

No caldeirão fervente que é o Brasil de hoje, as massas femininas têm ocupado um lugar de destaque na luta do povo pelo fim do regime militar e pela liberdade. Neste processo, as mulheres abrem espaço objetivamente para emancipar-se da opressão secular que as afastou da produção social e as transformou em "rainhas" sem coroa e sem direitos do "lar, doce lar" com gosto amargo da falta de liberdade e dos preconceitos.

Para ter participação política, econômica e social, a mulher tem que romper muito mais amarras que o homem. A resistência começa dentro de sua própria casa, onde o marido e os filhos não querem abrir mão de encontrar a casa arrumada, a comida pronta, a roupa limpa. Um trabalho embrutecedor, com horário abusivo, mas que por ser privado, não tem valor produtivo, é menosprezado.

Outro problema são as idéias atrasadas reinantes na família e na sociedade sobre a pretensa incapacidade da mulher para assumir postos de responsabilidade. Essa concepção, embora interesse particularmente às classes dominantes por provocar conflitos no seio do povo, também encontra-se difundida entre as classes menos favorecidas, entre os próprios operários. Homens e mulheres acabam acreditando que a mulher é um ser inferior, uma propriedade do "dono da casa". "A família individual moderna — dizia Engels — baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher; e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais".

O capitalismo joga a mulher na produção e a desperta para a luta

Ocorre que, com o desenvolvimento do capitalismo e a sede de lucros da burguesia, milhões de mulheres são jogadas na produção. E ao libertar-se dos afazeres domésticos que as mantêm como criadas sem participação social, as mulheres engrossam diretamente o exército dos trabalhadores oprimidos pelo jogo do capital. Em outras palavras, o capitalismo, embora preservando a exploração da mulher, abriu-lhe de novo o caminho da produção social, primeiro passo para sua libertação.

No Brasil este processo irreversível acentuou-se particularmente a partir de 1970, com a rápida expansão do capitalismo dependente neste período. Dados do IBGE mostram que entre 1970 e 1980 o número de mulheres que trabalham fora praticamente dobrou, saltando de 6,1 para 12 milhões. Entre 1980 e 1983 a participação de mulheres na produção social subiu de 27,4% da população economicamente ativa para 33%, ou seja, um terço da mão-de-obra do país.

Mas nem tudo são flores. A mulher precisa continuar lutando diariamente para ser valorizada: é admitida principalmente nos setores pouco privilegiados e mal pagos da economia. Além disso, as casadas continuam encontrando dificuldades para serem admitidas. Em 1980 apenas 29% das trabalhadoras eram casadas. E entre elas 45% não tinham filhos. O trabalho das mulheres ainda se concentra na prestação de serviços, principalmente como empregadas domésticas, professoras de 1º e 2º graus, atendentes e auxiliares de enfermagem etc., que somam 70% das que trabalham fo-



Comemoração do Dia Internacional da Mulher em Salvador; ao lado, trabalho no campo... e depois em casa

ra. Na indústria elas são 15% da mão-de-obra, concentrada principalmente no setor têxtil e eletro-eletrônico no Estado de São Paulo. Elas também são 15% na agricultura e outros setores básicos da economia.

No que se refere à remuneração, o quadro é semelhante. Em 1981, 27% dos homens recebiam até um salário-mínimo. Entre as mulheres a porcentagem subia para 42%. Já nos salários superiores a 10 mínimos havia 5% de homens e 1,5% de mulheres. Na mesma data, 66% da mão-de-obra masculina tinha carteira assinada, enquanto entre a mão-de-obra feminina o número caía para 54,1%. Num Estado industrializado como São Paulo, 23,2% dos homens não tinham carteira assinada e o mesmo ocorria com 37,1% das mulheres. Embora não se tenham os dados, sabe-se que um número considerável de operárias é registrado com salários e cargos inferiores ao trabalho que desempenham de fato.

Na qualificação de trabalho vemos o mesmo quadro se repetindo. Entre os trabalhadores não qualificados há uma mulher para 3 homens. Entre os de qualificação média existe uma mulher para 6 homens e entre os qualificados encontramos apenas uma mulher para 19 homens.

Diante desses dados, algumas correntes de opinião consideram que a mulher não deve lutar pelo direito ao trabalho, na medida em que sua penetração no mercado provoca uma baixa geral de salários e aumenta também o exército de reserva, ou seja, o número de trabalhadores em busca de emprego. Essa concepção aponta no atraso, inclusive porque é o próprio sistema capitalista que joga as mulheres na produção para que a família sobreviva, já que os salários do homem não bastam. Além disso, impediria o desenvolvimento de metade da população economicamente ativa. O justo, no caso, é continuar exigindo o direito ao trabalho para as mulheres e para todos os que têm condições de produzir. Essa exigência é de uma outra sociedade, a socialista, planejada para que toda a popu-



lação economicamente ativa possa dar sua contribuição. Uma sociedade onde homens e mulheres trabalhem lado a lado e constróem seu próprio bem-estar. São justas, além dessa, outras reivindicações, como o direito à formação profissional, salário igual para trabalho igual, creches nos locais de trabalho etc.

Instrução, indispensável para a conquista da emancipação feminina

Assim como invadem o mercado de trabalho, por cima de pau e pedra, as mulheres buscam com impeto o direito à instrução. Em 1980, segundo dados do censo, pela primeira vez o número de mulheres que sabem ler e escrever foi superior ao dos homens, embora por pequena diferença. Entre a população economicamente ativa, 42,2% das mulheres têm mais de cinco anos de estudo, contra 28,3% dos homens. Mas essa conquista representou uma verdadeira maratona. Basta dizer que foi apenas em 1823 que surgiram nas escolas as primeiras classes destinadas a alunos do sexo feminino. Separadas de seus colegas, elas recebiam aulas de professoras de "boa formação moral" mas que recebiam salários menores. E aprendiam apenas a ler, a escrever, as quatro operações e educação doméstica. Nada de matérias científicas como geometria ou biologia! Só no princípio do século, em 1907, mulheres conseguiram concluir o curso secundário. Os cursos de nível superior, restritos a algumas áreas, só começaram a se ampliar a partir de 1930! Faz cerca de 40 anos que as escolas foram abertas mais amplamente às mulheres. Não é de espantar que agora elas vão com tanta sede ao pote e comecem também a disputar as profissões e especializações antes praticamente proibidas. Já existe uma porcentagem considerável de mulheres metalúrgicas (prestistas, fresadoras etc.), cirurgiãs, anestesiadas, economistas, jornalistas etc.

As reivindicações políticas devem se vincular às lutas específicas

A participação das mulheres na política é semelhante ao seu ingresso no mercado de trabalho: por baixo. Não há luta política hoje que não conte com participação significativa das massas femininas. Segundo órgãos de imprensa, no ato pelas diretas na Praça da Sé, em São Paulo, havia mais mulheres do que homens. Mas no piquete havia um número infimo.

O direito de voto só foi conquistado há 52 anos, o que se reflete no

parlamento. Até hoje existe apenas uma suplente no Senado. Na Câmara Federal o número de mulheres subiu de 1, em 1950, para 8 em 1982. Nas assembleias legislativas subiu de 5 para 27 no mesmo período. Já as prefeituras são 81 atualmente, contra nenhuma até 1966. No entanto, foram elas que deram início ao movimento pela anistia, ao movimento contra a carestia etc. Dezenas tomaram na luta contra o fascismo e milhões engrossaram hoje a luta por um governo democrático.

A legislação brasileira também contribuiu para discriminar a mulher, colocando-a sempre em posição inferior à do homem. Isso embora na prática algumas dessas leis tenham sido derrubadas às custas de um processo de luta dolorosa para as mulheres e para o conjunto da população. É o caso do divórcio, por exemplo, só conquistado em 1977 e assim mesmo com muitas limitações. "A legítima defesa da honra" que encobriu o assassinato de dezenas, talvez centenas de mulheres por seus maridos e ex-maridos, também sofreu derrotas, como no caso da condenação do cantor Lindomar Castilho, que assassinou a sangue frio sua ex-companheira mas foi para o xadrez.

A sociedade não avança se as mulheres não forem mobilizadas também

As diferenças biológicas entre homem e mulher também são utilizadas para oprimir o chamado "sexo frágil". A gravidez, por exemplo, na prática é responsabilidade quase que exclusiva da mulher. Dados da Organização Mundial de Saúde dão conta de que são praticados 3 milhões e 500 mil abortos por ano no Brasil e que 350 mil mulheres morrem em decorrência deles. No entanto o aborto até hoje é considerado crime que pode levar a mulher a até 3 anos de cadeia. O parêntese não é responsávelidade...

Embora o aborto seja considerado crime, está em curso um processo de esterilização em massa de mulheres, com apoio do governo. Segundo dados do próprio Ministério da Saúde, em Manaus 33% da população feminina é esterilizada; em São Paulo, 15%, das quais 2,4% com menos de 24 anos!

Este verdadeiro parto que é a luta das mulheres pela participação efetiva no trabalho e pela igualdade de direitos surge de uma necessidade objetiva. Ninguém anda com uma perna só. A sociedade não avança se as mulheres, que representam mais de 50% da população, não evoluírem.

(Pesquisa: Criméia de Almeida, Luzia Araújo, Maria Amélia Teles. Texto final: Olívia Rangel)

OPINIÃO

Por uma entidade própria

Esses dados indicam que as mulheres precisam abrir caminho em todos os setores: participar da luta política, dos partidos, no parlamento, nos cursos profissionalização e especialização, por uma sociedade mais justa. Mas ao mesmo tempo elas necessitam organizar-se em entidades próprias que lutem para acabar com as desigualdades que existem entre homens e mulheres na família e na sociedade.

Essas entidades, a exemplo das Unões de Mulheres, contribuem grandemente na luta pela completa emancipação da mulher. Para que em casa elas não sejam oprimidas até pelos próprios maridos que as impedem de trabalhar fora, de participar da luta política, mas aceitam

que elas labutem como escravas no embrutecedor trabalho doméstico. Para que as que trabalham fora não se sujeitem à dupla jornada e dividam com seus companheiros os afazeres domésticos. Para acabar com as idéias atrasadas e os preconceitos existentes em todas as classes e em ambos os sexos sobre a inferioridade da mulher.

A especificidade da opressão feminina está intimamente ligada à posição que ela ocupa na produção. Daí a importância de lutar, desde já, para que as mulheres possam participar do trabalho produtivo social com os mesmos direitos e nas mesmas condições que os homens. É esta a proposta das Unões de Mulheres.

Nova greve de canavieiros em Pernambuco

Os valentes trabalhadores da cana de Pernambuco estão novamente em greve. Os barões do açúcar não aceitaram suas reivindicações salariais, e os cortadores de cana não tiveram outra alternativa senão paralisar os trabalhos. No dia 16 a greve foi aprovada nos engenhos da Zona da Mata. Outra assembleia está marcada para o dia 23.

Ao contrário dos anos anteriores, quatro dias antes das assembleias, os sindicatos das indústrias do açúcar e dos cultivadores de cana solicitaram negociação à Federação dos Tra-

balhadores na Agricultura (Fetape). A iniciativa é inédita desde 1979, visto que os patrões têm se recusado a negociar, e quando o fazem é tão somente para ganhar tempo, visando o esvaziamento da disposição grevista.

Os patrões afirmavam sua vontade de "dialogar com desarmamento de espíritos", o que levou o nada imparcial "Diário de Pernambuco" a estampar em suas páginas: "Indústria do açúcar vai dialogar com canavieiros". Mas a Fetape deixou claro que o desarmamento de espíritos deverá implicar no respeito às prerrogativas e direitos dos trabalhadores, assegurados pela própria lei de greve.

ASSEMBLÉIAS VITORIOSAS

O certo mesmo é que, na manhã do dia 16, os engenhos da Zona da Mata esvaziaram. Foi o dia das assembleias. Como estava previsto, seis sindicatos estavam presentes: São Lourenço da Mata, Vitória de Santo Antão, Moreno, Jaboatão, Paudalho e Igarassu. Trinta mil trabalhadores compareceram às assembleias, que começaram às 10 horas. As 14

horas já havia comemoração, entre goles de cachaca.

A pauta de reivindicações foi aprovada por unanimidade. Em São Lourenço da Mata todos os 2.800 associados do Sindicato depositaram a "verdiinha" nas urnas — a cédula que indicava voto pela greve. Em Jaboatão, os 1.400 filiados fizeram o mesmo. Em Moreno, a mesma quantidade. Em Vitória de Santo Antão, 1.300. Em Igarassu, também. E por fim, Paudalho abrigou em sua urna 1.500 fichas verdes.

NEGOCIAÇÃO COM LUTA

Na manhã do dia 19, houve a primeira e última rodada de negociação com os patrões. A pequena sala do Senai abrigou apenas os representantes patronais e dos canavieiros, e o representante do Delegado Regional do Trabalho. Diante do local, 2 mil lavradores empunhavam faixas e entoavam refrões de luta. Era o misto de negociação e de disposição grevista.

Durante três horas os patrões mantiveram-se intransigentes em só negociar a partir da metade das 44 reivindicações trabalhistas, sob a alegação de que eram cláusulas

"passíveis de entendimento". As 13 horas, com a permanência do impasse, Alexandre Kruse, da Delegacia do Trabalho, disse de modo solene: "Considerando o esforço infrutífero da mesa em conseguir uma solução conciliatória, considerando que as partes não chegaram a um acordo nem sequer quanto ao método de negociação, a reunião foi malograda, e em consequência está encerrada". Com tal desfecho, portanto, foi decretada a greve dos trabalhadores. A partir da quarta-feira, 40 mil cruzaram os braços. Neste domingo, os 38 sindicatos restantes envolvidos na campanha salarial farão assembleias em suas bases territoriais. Em Pernambuco existem cerca de 240 mil trabalhadores na cana.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco, assim comunicou aos canavieiros o malogro do encontro com os patrões: "Vocês podem voltar aos engenhos e formar os comandos de greve. Nenhuma autoridade tem o direito de impedir a greve". Mas uma vez entou o coro: "Um, dois, três, bate no cambuco. Ou dá aumento ou paramos Pernambuco". (da sucursal)



Canavieiros pernambucanos se preparam para ir a mais uma assembleia

Bóias-frias de Penápolis se organizam para a luta

Com a presença de 207 "bóias-frias", realizou-se no último dia 16 o I Encontro de Trabalhadores Rurais de Penápolis, no interior de São Paulo. Promovido pelo Sindicato local, Prefeitura Municipal e Delegacia Agrícola, a reunião mostrou as condições de superexploração dos temporários e o agravamento da situação no período da entressafra.

O cenário da região de Penápolis, a 489 quilômetros da capital, mudou completamente nos últimos anos com o incentivo da monocultura da cana, patrocinada pelo Proálcool. Hoje apenas três grandes usinas — Campeste, Equipav e Clementina — concentram a maior parte da renda e dos trabalhadores da área. Os pequenos minifúndios, onde se produziam os produtos de subsistência, entram em falência e são açambarcados.

Os bóias-frias da região, como os do restante do país, são superexplorados durante o período da safra. Trabalhadores temporários não têm registro em carteira e alguns nem sabem o quanto receberão pelo corte do metro da cana. Nem mesmo os acordos trabalhistas firmados entre os sindicatos e o patronato são respeitados. São inúmeras as denúncias das injustiças cometidas pelas usinas, gatos e fornecedores (ver quadro).

ENTRESSAFRA NEGRA

Mas pior do que a espolição na safra é o período da entressafra. Nesta época milhares de famílias ficam sem nenhuma fonte de sustento, passam a pebarrar pelas ruas atrás de "bicos" e o que é pior: algumas se desagrégam, aumenta a prostituição e o índice de alcoolismo. Só na região de Penápolis cerca de 6 mil bóias-frias ficarão sem emprego durante aproximadamente seis meses.

O Encontro de Penápolis visou discutir exatamente este problema: "Fim da safra e agora?" — foi o tema da reunião. Inclusive porque neste ano a entressafra, que normalmente se inicia em janeiro/fevereiro, começou mais cedo — outubro/novembro. A seca na região contribuiu para o aumento da produtividade da cana, facilitando seu corte, diminuindo seu peso e aumentando a quantidade de sacarose. Algumas usinas já cumpriram seus contratos e começaram a dispensar trabalhadores.

REFORMA AGRÁRIA

"O objetivo do Encontro é debater as formas de minimizar os problemas dos bóias-frias e, acima de tudo, contribuir na organização deste povo para que ele promova as mudanças estruturais que o país exige", explica João Carlos D'Elia, prefeito do município (ver quadro). Neste sentido, os trabalhadores deram várias ideias para aliviar de imediato o problema do desemprego, como: o cultivo das várzeas abandonadas pelos fazendeiros; estabilidade do trabalhador na usina com plantio de outros produtos agrícolas; criação de um "armazém do trabalhador". Para encaminhar estas reivindicações, foi formada uma Comissão de Trabalhadores e marcada uma assembleia com os empregadores no próximo dia 30.

Nos nove grupos de estudo e na plenária, ficou claro que as medidas paliativas não resolvem os problemas de fundo da estrutura agrária. Em todas as comissões os bóias-frias criticaram a concentração da terra: "Nós trabalhamos na terra, produzimos as riquezas e não temos direito a uma rocinha", comentou dona Luzia, mãe de cinco filhos. A bandeira da Reforma Agrária foi incluída no documento final e o regime militar foi responsabilizado pela miséria no campo brasileiro: "Figueiredo e Maluf não ligam para os sofredores. Só defendem os ricos, que cada vez ficam mais ricos, com mais terras", afirmou seu Mário, há 25 anos como cortador de cana.

ATUAR NO SINDICATO

Mas o saldo mais positivo do Encontro foi que ele evidenciou a necessidade da maior organização dos bóias-frias. Várias lideranças naturais afloraram durante os debates e muitos se comprometeram a atuar no Sindicato, tornando-o um verdadeiro órgão de luta e fiscalização. "A reunião representou um avanço pro Sindicato, uma esperança a mais para o trabalhador", afirma Antônio da Silva, presidente do STR de Penápolis. Para ele, "de agora em diante o trabalhador virá mais o Sindicato, não o verás mais como órgão assistencialista, mas como órgão de luta. As ameaças dos usineiros, que vivem dizendo que o Sindicato é de agitadores, não influenciarão mais o bóia-fria. Mesmo as perseguições, com demissões e punições, não porão medo. O bóia-fria sentiu sua força neste Encontro". (Altamiro Borges)



Cortadores de cana: "depois que ela tomou conta de toda a terra, nossa situação piorou"

"Lei Áurea não chegou no canavial"

"Um desabafo coletivo" — este foi um dos pontos altos do Encontro de Penápolis. Os bóias-frias, motivados pela demonstração de força da reunião, aproveitaram o ensejo para "lavar a alma": sem medo, denunciaram as injustiças cometidas nos canaviais e vários deles lembraram a "Explosão de Guariba" como um exemplo de luta a ser seguido em todo o país. A Tribuna Operária reproduz alguns depoimentos reveladores da situação.

"Eu trabalho há 25 anos no corte da cana. Antes, lá por 1962, quando acabava a safra, a gente plantava arroz, algodão, feijão. Não tinha desemprego e a gente não passava fome, tinha uma rocinha. Depois a cana tomou conta de toda a terra e a nossa situação piorou muito. As usinas controlam tudo aqui na região. Elas inclusive trazem gente engonada para trabalhar aqui. Outro dia veio um pessoal da Bahia sem saber o preço do corte de cana. Quando viram a mixaria do salário eles se revoltaram e quiseram até matar o Ferreirinha, o gato, que deixou o caminhão no mato e saiu correndo." (seu Antônio, pai de quatro filhos).

"ANIMAL DE CARGA"

"Nossa vida é de animal de carga. Levanto todo dia às quatro horas, preparo a comida, lavo roupa e ajudo meu marido, que também trabalha na usina. Saio de casa triste, vendo meus cinco filhos abandonados, sem carinho. Na hora do almoço não dá ânimo: é aquela bóia gelada, sem mistura. Voltamos pra casa lá pelas seis horas da tarde, sempre com medo do pior. Outro dia uma jamanta bateu na perna de bóias-frias; morreram uns quatro na hora. Agora, o que dá mais rai-

va é o salário. A gente nem sabe quanto vai ganhar. No início da safra pagavam uns Cr\$ 45 pelo metro da cana; hoje estão pagando Cr\$ 25, 22." (Luzia da Silva)

"O pior de tudo é o desemprego, é a entressafra. O bóia-fria hoje tem serviço, amanhã não tem. Hoje ele come, amanhã não. Isto não quer dizer que eu morra de amor pelo corte de cana. Tem muita injustiça. Os fiscais roubam na metragem. Se a gente vai reclamar, eles não deixam a gente chegar perto do escritório e ainda tomam os comprovantes da nossa mão e somem com eles. Mesmo assim a gente tem que apelar, trabalhar neste inferno mesmo." (Mário, há três anos da Usina Equipav)

"Nossa grande problema é o gato intermediário entre o usineiro e o trabalhador (temporário). Nós trabalhamos para alimentar nossas famílias e para enriquecer os gatos. Nós é que sofremos no corte da cana e o gato é quem fica com a maior porcentagem. Temos que acabar com este bicho! Tem também o fiscal da usina que vive explorando a gente. Eles obrigam a gente a trabalhar doente. Se chove, eles descontam o dinheiro. Se

SÓ ATENDEM OS MORTOS

"Nossa grande problema é o gato intermediário entre o usineiro e o trabalhador (temporário). Nós trabalhamos para alimentar nossas famílias e para enriquecer os gatos. Nós é que sofremos no corte da cana e o gato é quem fica com a maior porcentagem. Temos que acabar com este bicho! Tem também o fiscal da usina que vive explorando a gente. Eles obrigam a gente a trabalhar doente. Se chove, eles descontam o dinheiro. Se

falta cana pra cortar, descontam o salário." (Rosalvo, 15 anos de idade)

"Ninguém tem esperança no trabalho. Outro dia, na Usina de Promissão, um menino foi cortar cana no brejo e foi picado por uma cobra (acidente bastante comum nos canaviais). Ninguém socorreu e ele morreu ali mesmo. Eu mesmo fiquei doente, reclamei, mas o fiscal me mandou continuar o trabalho. Como não agüentava mais, vim a pé de Promissão até Penápolis. Andei umas quatro horas, quase morria, e depois ainda fui punido por abandonar o trabalho. Eles só levam o peão no médico quando ele morre na roça." (Edinaldo, 16 anos de idade).

"EXPLOÇÃO NO BRASIL"

"A Lei Áurea não está valendo nada aqui nas usinas. A gente é escravo, só não leva chicotada, ainda. Por isto eu fiquei contente quando o pessoal de Guariba fez aquela revolta. No canavial todo mundo estava feliz, sorria à toa. A ideia era fazer o mesmo aqui. O certo era fazer o mesmo em todo o Brasil, num mesmo dia." (João Alves)

"O culpado pela nossa situação é o governo. Ele não cuida da gente sofrida. Só cuida dos que têm, dos usineiros. Guariba me deixou contente. Senti vontade de ir de casa em casa, conversar com todo mundo, chamar todos pra fazer o mesmo. O pessoal de Guariba mostrou coragem. Pode não ter resolvido os problemas, mas ficou quieto e bem pior. Morrer em silêncio não dá." (Luiza).

Prefeito organiza o povo

João Carlos D'Elia, jovem prefeito de Penápolis, foi um dos principais organizadores do bem sucedido I Encontro dos Trabalhadores Rurais. Bastante satisfeito com os resultados da reunião, D'Elia afirmou à Tribuna Operária: "O principal papel de uma prefeitura comprometida com o povo é o de organizá-la para a luta. Como médico aprendi que quando uma pessoa está com dor de cabeça é necessário dar-lhe uma aspirina. Mas é preciso, principalmente, descobrir as causas da dor e atacá-las. Não podemos ficar só no assistencialismo, no imediatista".

Para ele, "hoje nosso problema principal é o governo militar. Ele concentrou a terra na mão de poucos latifundiários, estimulou o trabalho escravo do bóia-fria e só investe em monoculturas para exportação, conforme manda o FMI. Outro problema é esta estrutura fundiária, temos que conquistar a reforma agrária. Só falta a organização e o nosso mandato está voltado para isto".



D'Elia: "mudanças"



Fim da safra: medo do desemprego

Metalúrgicos do Rio exigem 20% acima do INPC

Na sexta-feira, dia 14, realizou-se nova assembleia da campanha salarial dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Mais de mil trabalhadores lotaram as dependências do Sindicato, na maior manifestação dos últimos anos. A proposta aprovada pelos metalúrgicos foi de exigir aumento de 20% acima do INPC. Segundo cálculos do Sindicato, esta foi a perda real média da categoria neste ano em função do decreto 2.065 imposto pelo regime militar. Os patrões propuseram conceder um aumento de apenas 2% acima do INPC e assim mesmo para os trabalhadores que ganham até três mínimos. A assembleia recebeu a proposta patronal com uma sonora vaia e decidiu decretar estado de greve. Agora cabe ir preparando a luta em cada empresa organizando os trabalhadores para a greve caso os patrões não recuem em sua proposta até o dia 21 de setembro.

Deve-se denunciar que a Chapa 2, dirigida pela CUT, procurou esvaziar o ato. Vários membros dela chegaram a circular por fábricas desconvocando a assembleia. Por outro lado, alguns membros da Chapa 1 tentaram transportar para a campanha salarial a disputa eleitoral em curso no Sindicato. Os metalúrgicos só conseguiram vitória na campanha salarial unidos, deixando de lado as diferenças eleitorais. (da sucursal).

Vitória sobre a lei fascista para sindicatos

A luta dos trabalhadores contra a legislação fascista que acorrenta seus sindicatos marcou um ponto no dia 13: o Tribunal Federal de Recursos, por 22 votos a dois, reconheceu o direito de Luis Inácio Lula da Silva, Jair Meneghelli, Vicente de Paula e José Cândido a assumirem imediatamente e oficialmente seus cargos na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Eles haviam sido eleitos por expressiva votação, em chapa única, após o fim da intervenção no Sindicato. No entanto o Ministério do Trabalho alegou que trabalhador cassado não pode nunca mais ser diretor sindical. E iniciou uma batalha judicial para impedir ao mesmo tempo a posse legal dos metalúrgicos — já que de fato eles já haviam assumido.

A votação no TFR é um sinal dos tempos. E abre-se perspectivas de vitórias bem maiores neste campo, com as mudanças de conjunto que se anunciam no quadro político nacional. Afinal, a candidatura Tanereco Neves assumiu compromisso explícito em favor da liberdade e autonomia sindical — bandeira democrática que é incompatível com a continuação da atual estrutura sindical fascista.

Encontro de professores na Bahia

Aproximadamente 150 professores participaram, nos dias 15 e 16, na Bahia, do Encontro Estadual de Professores da Rede Estadual. Representantes de várias cidades do interior foram a Salvador para participar do evento, realizado num colégio da rede privada, devido à recusa do Secretário da Educação, Edvaldo Boaventura, em ceder um colégio estadual para o evento. No Encontro foram denunciadas a falta de escolas, o crescente número de analfabetos, professores ganhando Cr\$ 25 mil por mês na zona rural etc.

No que se refere à organização dos professores, aprovaram-se a criação de zonas (para a cidade de Salvador) e a reativação da Coordenação Estadual, composta pelas entidades do interior, e a criação de núcleos nas cidades onde não existem entidades da classe. A proposta de filiação da Associação dos Professores Licenciados da Bahia à CUT foi rejeitada em todos os grupos de trabalho. (Percival Alves, Salvador).

Luta pelo trimestral na Cosipa

Com uma paralisação parcial de apenas 14 horas, encerrou-se na manhã de quarta-feira a greve dos metalúrgicos da Cosipa, na cidade paulista de Cubatão. Os operários exigiram um reajuste trimestral nos salários. Mas, diante do grande aparato policial dentro da companhia siderúrgica e da divisão da diretoria do Sindicato, tiveram de recuar.

Cerca de três mil metalúrgicos, concentrados no pátio da Cosipa na noite do dia 18, decidiram pela greve, reivindicando a trimestralidade nos reajustes salariais. O número de pessoas nesta assembleia — bem menor do que a que decidiu a greve de fevereiro — mostra que, apesar do ânimo elevado da categoria, a mobilização estava fraca. Poucos dos presentes ficaram na siderúrgica para organizar o movimento, e no outro dia de manhã encerrou-se a paralisação.

O forte aparato policial dentro das dependências da Companhia Siderúrgica Paulista e uma divisão na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos abalaram a confiança dos trabalhadores na vitória. Na sexta-feira, dia 14, o primeiro-secretário do Sindicato, Wilson de Oliveira, responsabilizou o presidente Arnaldo Gonçalves por ter desviado Cr\$ 19 milhões da entidade sindical. O fato repercutiu profundamente na categoria. Mas numa deliberação acertada, os trabalhadores decidiram esclarecer este assunto depois da campanha salarial. Um operário explicou: "Essa denúncia veio numa hora errada. Isso aí esfria o pessoal. O Sindicato perde a força".

PROPOSTA REJEITADA

A corrosão dos salários causada pela inflação e as péssimas condições de trabalho empurraram os metalúrgicos da

Cospipa para a greve. "Nós estamos pedindo a antecipação agora porque não deu para aguentar", explicou à Tribuna Operária um operário da coqueria. O próximo reajuste virá em novembro, e a proposta da empresa era dar um adiantamento de 30% em setembro e outubro, para ser descontado dos salários de novembro e dezembro. A categoria rejeitou. "Isto não é proposta", reclamou um metalúrgico. "A Cosipa quer nos empregar dinheiro e, se for assim, eu prefiro pegar dinheiro de um agiota".

O trabalho na Cosipa se tornou muito perigoso, devido à redução nas verbas com a manutenção, medida preconizada pelo FMI às estatais. "Basta entrar aqui para correr o maior risco", afirma um operário cospipano. Um outro metalúrgico da fundição explica o seu caso: "Eu, por exemplo, estou com princípio de leucopenia (doença sem cura, causada pelo benzeno, e que já condenou à morte cerca de 100 operários da Cosipa). Ontem que recebi o resultado. Aqui a gente vê tanto caso deste, que acaba acostumando".

"FABRICA DE LOUCO"

"Eles não querem gastar com a nossa segurança", é o desabafo que se ouve entre vários metalúrgicos. Um outro cospipano expõe este problema: "A gente já está acostumado a conviver com o medo, desde o momento que entramos ai



Os metalúrgicos aprovaram a greve em meio a grande aparato repressivo (foto ao lado)

dentro. Tenho muitos colegas com leucopenia e outros com problema mental. Isso aqui é uma fábrica de louco".

A participação das mulheres familiares dos metalúrgicos foi importante nesta e na greve de fevereiro. Elas colocaram para a TO que estão dando força a seus maridos para melhorar a situação e a "gente poder comer um pedaço de carne". O marido de Maria Cicera de Souza trabalha na coqueria — local mais contaminado pelo benzeno — e, apesar de ter apenas 26 anos, está muito doente. "Eu não sei como ele ainda fica de pé" desabafa ela. "Meu marido já fez cinco operações. Agora ele está com problema de surdez. Ele entrou aí e perdeu a saúde." Ma-



Maria Cicera vende caipirinha na praia para ajudar no orçamento doméstico.

Maria Miriam Cassino é avó e, embora a idade, estava em frente à Cosipa apoiando a luta dos metalúrgicos. Seus quatro filhos trabalham nessa em-

presa e seu marido se aposentou aí recebendo atualmente Cr\$ 125 mil. Ela conta que não quer que seus filhos tenham o mesmo destino que um colega seu: "que ficou doente, mas pediu para ir trabalhar porque não tinha o que comer em casa".

Congresso impulsiona luta metalúrgica

Um grande impulso na campanha salarial de novembro — este foi o principal fruto do 7º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado nos dias 14 e 15 de setembro. Com 1.570 delegados inscritos, o encontro indicou as reivindicações da categoria e apontou suas formas de luta e organização. Mas o que gerou maior polêmica foi a questão sucessória.

O deputado Aurélio Peres, logo em seu discurso na abertura do Congresso, previu que o tema que geraria maior discussão seria o da crise sucessória. "Afinal, a classe operária não pode ficar alheia ao momento político. Esta questão

faz parte da vida da nossa classe que luta por liberdade dentro das fábricas, por autonomia dos seus Sindicatos e pelo fim deste regime autoritário e antioperário".

Bastante aplaudido pelos congressistas, Aurélio indicou

que neste momento "o importante para a classe operária é pôr fim ao continuismo dos generais que inferniza a nação". E como membro nato do Colégio Eleitoral, fez declaração de voto aos companheiros de categoria: "Se depender do meu voto e mesmo de minha presença, garanto que o Maluf não governará o nosso país" — foi ovacionado.

"Não vamos malufar" — esta foi uma das frases mais faladas pelos congressistas du-

rante os debates. Dos 13 grupos de discussão, nove foram enfáticos em condenar o governo militar e seu candidato, o corrupto Paulo Maluf, e em apoiar o candidato único das oposições para "derrotar o continuismo". A chamada "Oposição Sindical", ligada ao PT, não teve espaço para aprovar sua proposta miópe de "boicote ao Colégio Eleitoral". Segundo um operário da Colúmbia, "na prática quem defendeu esta proposta está malufando. Repudiar o Colégio biônico todos nós repudiamos. Mas se negar a usar inclusive o Colégio para derrotar o regime significa na prática dar votos para o detestado Maluf".

Mas apesar deste clima, a resolução política final do Congresso não expressou com clareza a posição dos metalúrgicos. Num texto confuso, tentando conciliar posições muito distintas, foi aprovado: "Prosseguir a luta pelas diretas. Repudiar ao Colégio Eleitoral. Utilizar todas as formas de luta para conquistar as diretas, barrar o continuismo do

regime e para, desde já, impedir que Maluf chegue a presidência".

Já as resoluções no terreno sindical são bastante claras. Os metalúrgicos reafirmaram seu anseio pela reunificação do movimento sindical brasileiro, aprovado: "Propor ao movimento sindical a realização de um Congresso Unitário da Conclat e CUT, visando a sua unificação". Deliberaram quais as principais reivindicações da categoria para a campanha salarial, que tem data-base em 1º de novembro e que será feita em conjunto com os Sindicatos de Guarulhos e Osasco. Os mais de 400 mil operários exigirão: INPC integral, mais 20% de aumento salarial real; reajustes trimestrais; estabilidade no emprego por um ano; redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; e conquista das Comissões de Fábrica.

Todos os delegados presentes foram incumbidos de mobilizar a categoria para a luta salarial — que já tem assembleia marcada para o próximo dia 21.



Aurélio Peres conclama os congressistas: "vamos pôr fim ao continuismo do regime militar"

Mineiros reagem às 452 demissões da Copelmi

A Copelmi, empresa de mineração do Rio Grande do Sul, demitiu cerca de um terço de seus empregados nos primeiros dias de setembro, em sua maioria trabalhadores na produção, nas três minas do grupo, em Charqueadas, Butia e Arroio dos Ratos. Alguns dos demitidos tinham até 14 anos de emprego, faltando só um para aposentar-se...

Enquanto isso, diversos aposentados que tinham interesse em fazer acordo para sair da empresa foram mantidos.

A Copelmi alega queda na produção e dificuldades econômicas. Alguns mineiros, no entanto, perguntam: "Como pode então comprar uma frota de veículos?" Um mineiro de Charqueadas informa que a empresa comprou a unidade de beneficiamento de carvão da Aços Finos Piratini.

Em resposta às demissões, os mineiros realizaram, no dia 11 de setembro, uma passeata com cerca de 500 pessoas, do Sindicato à Câmara de Vereadores de Charqueadas, onde se concentra o maior número de demitidos. Lá, realizou-se uma sessão especial com as dependências completamente lotadas e com centenas de trabalhadores fora do prédio escu-

tando os pronunciamentos através dos alto-falantes. Neste ato, o deputado estadual Dilamar Machado denunciou que o faturamento da Copelmi era de Cr\$ 10 bilhões mensais, enquanto que a folha de pagamento dos 452 demitidos não alcançava Cr 200 milhões, cerca de 2%. Pronunciaram-se diversos vereadores da região, o prefeito Anápio Ferreira e o vice, Pedro da Rosa. Também estavam presentes o Sindicato dos Metalúrgicos e outras entidades populares, levando seu apoio aos mineiros.

ABAIXO O PELEGO

O presidente do Sindicato dos Mineiros, Aldo Moreira, está encastelado na entidade há nove anos e não defendeu a categoria. Pelo contrário, aceitou sem contestação as alegações da empresa ao demitir os operários. Ele chegou a propor a formação de uma comissão para pleitear às autoridades mais contratos de compra para o Copelmi! Isso, segundo diversos trabalhadores ouvidos por nossa reportagem, ocorre porque ele é homem de inteira confiança dos patrões, que inclusive o ajudaram quando foi candidato a prefeito pelo PDS, em 1982.

Pudemos comprovar as afirmações dos mineiros ao visitar em Butia a mina do "Recreio". O engenheiro Sérgio declarou que só seriam bem-vindos na companhia do seu Aldo. E exigiu nossa saída da área...

Nesta mina os trabalhadores declararam que as demissões ocorreram não devido às "dificuldades da empresa", mas porque os demitidos foram substituídos por uma nova máquina, "que corta carvão como uma danada". Zoéli Santos, candidato a presidente pela chapa de oposição, considera que "a culpa é do governo, que importa carvão da Co-



Mineiros do R.G. do Sul protestam contra demissões da Copelmi

lômbia". Na prática, há várias razões para as demissões, como a política recessiva do governo, ditada pelo FMI, autuação da produção e desativação dos setores menos lucrativos. Inclusive a campanha

para eleições no Sindicato onde, pela primeira vez em muitos anos, surge uma chapa de oposição, efetivamente comprometida com os interesses dos trabalhadores. (da sucursal)

Professores gaúchos dão uma lição de patriotismo

Nós, professores da rede pública do Rio Grande do Sul, estamos em campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a situação da Educação e do Magistério. Lutamos por mais verbas para a Educação, por reajustes semestrais, 13º salário e institucionalização de piso mínimo de 2,5 salários-mínimos.

Em assembleia geral de nossa categoria decidimos não desfilar nas comemorações

da Semana da Pátria, em protesto pelo descaço do governo com a Educação. O movimento teve 90% de adesão em todo o Estado! Como afirmou uma professora da região em carta que nos enviou, "civismo não é andar irrefletidamente na rua, desfilar em homenagem a uma pátria que é mais do FMI do que nossa"! Mais adiante repetia a frase "Criança, ama com fé e orgulho a terra em que nasce-

te"! Mas acrescentava: "Amar é ter coragem de dizer não às tiranias, injustiças; isto é civismo"! Aqui na nossa região (Canoas, Esteio e Sapucaia) optamos por divulgar uma nota de esclarecimento aos pais, já que não houve desfile. Também em sala de aula discutimos com nossos alunos a dívida externa, as imposições dos cortes de verbas nas áreas de Saúde e Educação, esclarecendo que este é

o modelo econômico que o atual governo adotou. Estamos mostrando que o Brasil ainda não conquistou sua verdadeira independência.

Desta forma estamos cumprindo nosso verdadeiro papel de educadores, mostrando a realidade aos brasileiros e as dificuldades que os pais deles enfrentam, parecidas com as nossas.

No entanto temos claro que não transmitimos uma mensagem de desesperança para nossos alunos.



Trabalhadores da Sabesp escolherão diretoria sindical

Nos dias 3, 4 e 5 de outubro serão realizadas as eleições para renovar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação, Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de São Paulo, entidade que representa 24 mil trabalhadores da Sabesp e Cetesb, espalhados em 300 municípios, contando com 13.000 associados, dos quais mais de 10 mil com direito a voto.

Três chapas disputam o pleito. A Chapa 1 se caracteriza pelo peleguismo que já dura cerca de nove anos. A Chapa 2, estreita, sectária e divisionista, foi formada na última hora, com figuras que rezam pela cartilha dos setores mais estreitos do PT e que tiveram a ousadia de realizar uma reunião com 24 pessoas e eleger delegados para o chamado Congresso da central sindical petista, a CUT.

Já a Chapa 3 representa um esforço de aglutinar as mais amplas forças atuantes na Sabesp e Cetesb, tanto da capital como do interior (aliás, só a Chapa 3 tem representantes do interior); defende um sindicato de unidade e de luta, pugnando por melhores condições de trabalho, contra o desemprego e o arrocho salarial, pela criação de comissão por setor, pela

criação do Departamento Feminino etc. No plano mais geral, defende a reunificação do movimento sindical contra as tentativas divisionistas principalmente de sindicalistas ligados à CUT.

Roberto Guerra Cavalcanti, encabeçador da Chapa 3, diz que o Sindicato da Purificação é importante por representar trabalhadores de empresas estatais estratégicas para a população e está confiante na vitória da Chapa 3, pois inúmeros comitês de apoio já foram criados e dezenas de ativistas diariamente distribuem folhetos, vendem camisetas, colam adesivos, realizam reuniões setoriais e preparam-se para a boca-a-boca-urna no dia das eleições. Sobre a conjuntura política do país, Guerra Cavalcanti afirma: "Neste momento não cabem vacilações. Já estão soando os últimos acordes do odiado regime militar e todos precisam se unir em torno da candidatura única das oposições (Trancredo Neves) para derrotar o governo e seu candidato, o ex-crêvel Paulo Maluf, em eleições diretas, se for possível, ou no Colégio Eleitoral, se necessário". (Nivaldo Santana Silva, membro da Chapa 3 — São Paulo, SP)



Aluno expulso em 7 de setembro

No dia três de setembro, enquanto era realizado o primeiro dia de comemoração da Semana da Pátria, do lado de fora do Instituto de Educação Euclides Dantas, em Vitória da Conquista, o estudante José Carlos de Oliveira, orador oficial do CCE, pediu a palavra à representação do estabelecimento, que lhe foi negada.

Algumas horas mais tarde, em uma sala de aula, o orador do CCE fez um fervoroso discurso, criticando a discriminação contra a entidade, defendendo o legítimo direito que os estudantes daquele estabelecimento têm de fazer uso da palavra. Ele foi eleito para essa finalidade por esmagadora maioria de votos.

Mas no outro dia, o líder

secundarista foi convidado a chegar até a sala de diretoria do Colégio e ali foi convidado a receber sua transferência. Ou seja, estava expulso daquele estabelecimento. Assim que souberam do fato, os estudantes criaram um comando de mobilização para pressionar a diretoria e obter uma revisão do ato arbitrário, com a participação da diretoria do CCE e de lideranças de classes.

Desde que foi criado, o comando procurou manter um diálogo com a direção do Colégio, mas, já no segundo encontro entre as partes, foi possível notar que a diretoria da escola não estava disposta a reconsiderar a expulsão.

Em consequência, o comando de mobilização buscou o apoio da imprensa local (já quase na sua totalidade corrompida pela direção) e ampliou o movimento em solidariedade a José Carlos Oliveira. A UMS aderiu ao protesto, que cresceu a tal ponto que todas as entidades representativas da cidade mandaram moções de solidariedade (Câmara de Vereadores, União das Mulheres etc).

Com a adesão também da OAB, que indicou um advogado para acompanhar o caso e representar os interesses do estudante, alcançou-se ainda uma maior amplitude. Já foram realizadas passeatas pela

readmissão de José Carlos no Colégio e, no momento, os estudantes estudam a possibilidade de fazer uma greve para pressionar a diretoria, se a reivindicação não for atendida imediatamente. Todas as atividades do CCE estão paradas em repúdio ao ato arbitrário da direção, que colocou até mesmo policiais dentro e fora do estabelecimento para intimidar os estudantes. O movimento, contudo, dia a dia cresce mais e acreditamos que logo conquistaremos nossos direitos.

(UMES-CE Rui Barbosa, equipe "Coração de Estudante, Comando de Mobilização Estudantil" — Vitória da Conquista, Bahia)

Uma professora gaúcha contou em sua carta a experiência dos mestres da rede pública do Rio Grande do Sul, que deram uma lição de patriotismo, recusando-se a participar da farsa das comemorações do 7 de Setembro. Como dizia uma delas, "o povo ainda não conquistou sua verdadeira independência. Quem manda no Brasil é o FMI". Portanto não há ainda o que comemorar. Há sim que lutar contra o neocolonialismo. (Olivia Rangel)

fala o POVO

Bamerindus usa facção contra bancários

Seis funcionários do setor de Open do Bamerindus, Agência Centro VG, foram demitidos recentemente. Eles não cometeram qualquer erro, não roubaram, não deram prejuízo ao banco. Quiseram apenas assegurar o direito de trabalhar seis horas por dia, que é a jornada legal do bancário.

Mas o Bamerindus não se conforma com isso, a ganância do banqueiro vai mais longe, por oito horas de trabalho diário de seus funcionários, mesmo que seja sacrificando a saúde de todos eles. O que o banqueiro quer é aumentar mais os seus lucros que em 1983 foram de 45 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, enquanto, no mesmo ano, os bancários tiveram perdas salariais de cerca de 20% em consequência dos decretos-leis impostos pelo Governo Federal.

Como os seis companheiros não se submetem a esta exploração, o chefe do setor, Sr. César, na defesa dos interesses do banqueiro e contra seus colegas, demitiu os seis.

Essas atitudes arbitrárias, indignas, vão continuar até



o dia que compreendermos que juntos, unidos e confiantes em nossa força podemos impedi-las. Não se trata de magia, é até bem simples, o trabalhador unido em torno de sua entidade de classe, o Sindicato, numa luta organizada, pode

vencer a força do capital do banqueiro.

Desde junho de 83, que este banco cortou as horas extras dos seus funcionários, para quem tinha mais de dois anos de serviço trabalhando com extras. Ago-

ra em 84, a partir de agosto dia 1º retira totalmente dos caixas que já trabalham há muito tempo. (Antônio Carlos da Silva, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e funcionário do Bamerindus — Salvador, Bahia)

Operários da Vicunha cruzam braços por salários maiores

Os operários da Vicunha I, II e III cruzaram os braços dia 12 de setembro exigindo melhores salários e melhores condições de vida. A greve foi positiva pois os operários mostraram a força de sua união, denunciaram as arbitrariedades e a falta de respeito da chefia.

O Sindicato acompanhou toda a greve até o final e a diretoria reconheceu que a paralisação foi positiva, pois há tempo que isso não ocorria. Por outro lado, foi uma preparação da categoria para a campanha salarial em outubro. Além disso os grevistas conquistaram algumas melhorias no ambiente de trabalho, principalmente no refeitório e no departamento de enfermagem; melhor tratamento da chefia com os empregados; pagamento dos dias parados;

nenhuma punição aos grevistas e aumento de 10% a partir de 1º de outubro, acima do que a firma já tinha concedido.

Mas a resistência só se manteve na Vicunha II. Muitos operários furaram a greve, sobretudo devido à repressão. A polícia esteve o tempo todo na porta da fábrica, provocando principalmente as mulheres, que se destacaram na greve e no enfrentamento com os policiais. O DP tratou os operários como se fossem cachorros. Mas os grevistas enfrentaram os policiais e os patrões, fizeram passeata e cantaram o Hino Nacional.

A greve contou com o apoio dos vereadores Ida Maria e Walter Feldman, do PMDB, que parabenizaram os trabalhadores. (operários da Vicunha I, II e III — São Paulo, SP)

Cohab invade residência e queima móveis de morador

Os moradores do bairro Itararé I e II irão entrar na Justiça contra os despejos ilegais feitos pela COHAB-PI. Além das ameaças de despejo, a Cohab-PI investiu contra uma família que estava viajando. Depois de enviar diversas correspondências e não receber respostas, exatamente pelo fato de que a família estava viajando, a Cohab entrou em ação: arrombou a porta da casa, levou todos os móveis pra sua sede e depois de 15 dias tocou fogo nos móveis. Restando apenas uma mesa, o que não pode

servir como prova. Mas toda a vizinhança viu quando eles retiraram os móveis e arrombaram a porta da casa. Consideramos esta atitude um ato de vandalismo e desrespeito para com os mutuários. A única prova é que várias pessoas viram o ocorrido. É por isso mesmo apoiamos a iniciativa da Associação de Moradores do Bairro, que realizou assembleia e pretende entrar com uma ação contra a Cohab e conta com o apoio dos moradores do bairro. (moradores do Itararé — Teresina, Piauí).

Ouvintes atentos! O rádio está no ar

Nesta semana o rádio está em pauta. 25 de setembro é o Dia do Radialista. Marca também o centenário de nascimento de Roquette Pinto, que inaugurou em abril de 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e é considerado o "Pai do rádio brasileiro".

A importância do rádio não é pequena: mais de 20 milhões de domicílios brasileiros possuem aparelhos de rádio, segundo o IBGE. No país existem mais de 1.500 emissoras e, segundo levantamento do Instituto Gallup, 75% da população adulta das cidades brasileiras ouvem rádio. O Gallup ainda indica: "Os ouvintes altamente expostos ao veículo são principalmente mulheres, provêm de segmentos de menor poder aquisitivo, têm níveis mais baixos de instrução e são mais jovens".

Na época de seu apogeu, anos 30-50, o rádio era a atração que unia a família ao seu redor, na sala. Seus programas noturnos, com artistas como Marlene, Francisco Alves e outros "cantores do rádio", faziam parte do lazer dos brasileiros. A partir dos anos 50 as salas foram invadidas pela televisão, que passou a dominar as noites brasileiras. Atualmente, informa o Gallup, a maior audiência do rádio é principalmente entre 8 e 11 horas da manhã. A partir das 18 horas, a audiência cai.

músicas por carta ou telefone; horóscopo (com previsões sobre "acontecimentos no amor que lhe darão grande satisfação"); prestação de serviços (pedidos de sangue ou remédios, oferta de empregos, informações sobre pessoas desaparecidas); notícias (sobre o custo de vida; a saúde do filho de Lady Diana, da Inglaterra; roubos e assassinatos); leitura dramatizada de cartas de ouvintes — que vão desde desentendimentos amorosos a casais mal-sombreados. Tudo emrecheado de comerciais — em média, um a cada dois minutos —, a maioria de remédios para estômago, fígado, reumatismo, pulmão e dor de cabeça, e a hora, fornecida minuto a minuto.

"O homem também se prende pelo estômago"

O superintendente da Rádio Mulher, Rubens Wagner, foi quem melhor definiu a orientação que permeia as falas dos locutores: "Temos uma programação voltada para ensinar como a mulher deve receber o marido, que ela não pode relaxar, e como fazer comidinhas deliciosas, porque homem também se prende pelo estômago".

Várias emissoras têm no noticiário o carro-chefe de sua programação. O primeiro noticiário fixo da programação de rádio, o "Repórter Esso", marcou época: sua estreia ocorreu no dia em que o Brasil entrou na II Guerra Mundial, 28 de agosto de 1942, e logo começou a ser concorrentes que lhe copiavam a estrutura. O "Repórter Esso" foi importado para o Brasil pela empresa publicitária McCann Erickson (o programa já existia em rádios dos EUA, Argentina, Chile, Peru e Cuba) e só transmitia notícias internacionais, pois o governo proibia as nacionais.

Mas o "Repórter Esso" já trazia uma marca que até hoje se mantém nas emissoras: a dependência absoluta das agências de informação estrangeiras, principalmente norte-americanas, no que diz respeito ao noticiário internacional. As notícias nacionais, embora permitidas a partir de 1945, sempre ficaram ao sabor de pressões políticas e econômicas. Nos últimos 20 anos, com o regime militar, as notícias nacionais — por vezes, também as estrangeiras — foram motivo de várias intervenções do governo em emissoras, lacrando seus transmissores. Mas nem só de pressão governamental vive o noticiário de rádio. Há também a censura patronal — que muitas vezes impede que determinados assuntos sejam tratados na emissora — e a censura econômica, que faz com que os interesses dos anunciantes sejam preservados das investidas dos radialistas.

Semeando um espírito selvagem na população

O setor policial ganhou certa independência no conjunto da programação. Radialistas como Afanásio Jazdji e Gil Gomes, em São Paulo, atingem mais de 1 milhão de ouvintes, diariamente! O locutor faz a dramatização de um crime qualquer, realçando acima de tudo a violência com que foi praticado, e acaba desenvolvendo a campanha em favor da pena de morte e defendendo abertamente a violência policial (na semana passada, a emissora de maior audiência de São Paulo defendeu a pena de morte inclusive para menores de idade, e o locu-



A família ouve rádio, nos anos 40. Charge de Seth.

tor deu um "graças a Deus!" quando noticiou a morte de um marginal pela polícia). Num desses programas, o locutor enfatizou: "É safada, tem que entrar num castigo. Tem que dar umas pauladas nas costas dela". José de Castro Bigi, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, denuncia que esses programas criam "um espírito selvagem na população, alimentando a ideia de que o cidadão deve reagir com violência a qualquer tipo de agressão que sofra, mesmo um inconsequente acidente de trânsito".

Visando a alienação e a dominação cultural

Também são constantes os programas de música caipira, forró etc. O de maior audiência no país é produzido em São Paulo, o programa do Zé Bittencourt. Em 1982 chegou a atingir, num só dia, 25 milhões de ouvintes em todo o Brasil! Ele faz apelos para que os ouvintes acordem ("Joga água no 'gordo!' É hora de trabalhar!"), põe no ar rugidos, cacarejos, batidas em panelas, propagandas de remédios, "agência matrimonial" etc.

Há ainda o esporte, ou melhor, o futebol. Osmar Santos, locutor esportivo, afirma: "De um tempo para cá, o rádio passou mesmo a ser um elemento fundamental do jogo. Principalmente quando o campeonato perde o interesse, o rádio continua animando a festa". O futebol é o carro-chefe da programação de algumas estações de rádio.

De conjunto o que resulta é que um instrumento poderoso de comunicação que pode prestar importantes serviços na informação e elevação do nível cultural e político da população, acaba sendo veículo de alienação, imposição de valores alheios ao nosso povo e nossa cultura.

"O que vamos comemorar no dia 25, o desemprego da categoria?", pergunta o diretor do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, José Reis Neto.

"No dia 10, mais 43 companheiros ficaram sem trabalho, com o fechamento de uma emissora na capital. Vamos comemorar nosso piso salarial, que é baixo e que estamos ameaçados de perder no Tribunal do Trabalho? Ou vamos comemorar a invasão musical estrangeira? É difícil saber o que comemorar no Dia do Radialista, não é mesmo?" (Carlos Pompe)

Guerra nas Ondas Curtas

A radiodifusão é a fonte de informação mais acessível e regular para os setores com nível mais baixo de cultura ou para os analfabetos, além de atingir os mais distantes rincões do país. O governo federal leva isso em conta, ao determinar para quem fornecerá a concessão para o funcionamento de emissoras de rádio e tevê. Mas não tem como controlar as emissões dirigidas ao país a partir do exterior. Uma verdadeira guerra de informação e contra-informação é travada nos ares brasileiros, principalmente através das faixas de Ondas Curtas.

Nos períodos em que a ditadura militar se abatia com mais violência sobre os meios de comunicação, impondo uma censura vigorosa, muitos brasileiros recorriam aos noticiários das rádios estrangeiras como a BBC de Londres, para se informarem inclusive sobre acontecimentos do próprio Brasil!

A Rádio Tirana, da Albânia Socialista, também era sintomizada com frequência, devido aos noticiários que transmitia. Mesmo hoje a Rádio Tirana é um veículo seguro

para se obter informações sobre a construção do socialismo na Albânia, nos seus mais variados aspectos; ou para se conhecer uma análise marxista-leninista dos acontecimentos internacionais, que desmascara a política das superpotências e outras forças reacionárias e saliente as lutas do proletariado e dos povos por liberdade e progresso social.

A Rádio Tirana transmite, diariamente, 82 horas de programas regulares em 20 línguas para seus ouvintes estrangeiros. Para o Brasil, essas transmissões ocorrem das 7 às 7h30m, em ondas de 25 e 31 metros; das 20 às 21 horas e das 22 às 23 horas, em ondas de 31 e 42 metros; e das 23 às 23h30m em ondas de 31 metros.

Os Estados Unidos também não poupam verbas na guerra das transmissões. A "Voz da América", segundo diretrizes da Casa Branca, deve "contribuir eficazmente para a política dos EUA, orientando a opinião pública em seu apoio". E para isso não hesita em falsificar informações e forjar análises as mais espúrias.



"Fala Rádio Tirana-1944", quadro de Pandi Mele

Departamento comercial dirige a programação

A música ao vivo foi substituída pelos discos, principalmente de artistas de língua inglesa, com destaque para os norte-americanos. "Os nossos valores não são veiculados", lamenta o programador Nilton Miranda, que há 25 anos trabalha nas rádios de São Paulo. "As gravadoras procuram impor a música descartável. Quem forja os lugares nas 'paradas de sucesso' são as multinacionais. O departamento comercial é a verdadeira direção artística das emissoras."

Em São Paulo, um dos programas de maior audiência é o de Ely "oi gente" Correia. Sua estrutura segue a maneta da audiência certa: pedidos de

OPINIÃO

Sob controle do governo

Na batalha atual pela democracia, merece especial atenção a questão da liberdade de imprensa escrita, falada e televisada. Em relação às emissoras de rádio e TV em particular, o governo mantém o mais férreo controle, utilizando o privilégio de conceder ou suspender a licença de funcionamento para um vergonhoso tráfico de influência e para pressões intoleráveis sobre todos que se opõem à tutela dos gerais.

Para o funcionamento da democracia, é indispensável que as mais diversas opiniões tenham possibilidade de chegar ao povo, sem censura e sem restrições, através dos instrumentos de comunicação de massas. Só assim a imprensa contribuirá efetivamente para o progresso, para o desenvolvimento da ciência, para a educação e para o lazer dos brasileiros.

Não existe justificativa para que o rádio e a TV não possam divulgar uma sessão do Congresso, como a que votou a emenda Dante de Oliveira, ou um comício como o de Goiânia, com quase meio milhão de pessoas. O povo tem o direito de ser informado sobre a verdade, e vai conquistá-lo.

Endereço: Rua Adonir Barboza, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318

Telefone: 26.7311 (DDD 011) Telex: 012133 TLORBR Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jodini, Diva Rancini.

ALGODOS Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, 60060-000 CEP 57000. Maracá: Rua Cordeiro no 183, Centro. CEP 57000.

ARACÓJAS Maracá: Rua Flor de Maracá, 231, 61000-000 CEP 56000. São José do Bonfim: 231, 61000-000 CEP 56000. São José do Bonfim: 231, 61000-000 CEP 56000. São José do Bonfim: 231, 61000-000 CEP 56000.

BAHIA Camacari: Rua José Nogueira de Menezes, 12, CEP 46200. Feira de Santana: Av. Senador Du Moura, 218, Centro. CEP 44100. Ilhéus: Av. do Comendante, 88, CEP 45600. Itapetinga: Av. Senador Du Moura, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600.

BRASIL Camacari: Rua José Nogueira de Menezes, 12, CEP 46200. Feira de Santana: Av. Senador Du Moura, 218, Centro. CEP 44100. Ilhéus: Av. do Comendante, 88, CEP 45600. Itapetinga: Av. Senador Du Moura, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600. Juazeiro: Rua República de São Paulo, 44, CEP 45600.

DISTRITO FEDERAL Brasília: Edifício Vinte e Nove, 312 CEP 70800.

CEARA Fortaleza: Rua do Rio do Meio, 213, 200, Centro. CEP 80000. Itapetinga: Rua Francisco de Sá, 200, CEP 45600.

Tribuna Operária

RO DE JANEIRO Rio de Janeiro: Rua Adonir Barboza, 53, CEP 01318. Rio de Janeiro: Rua Adonir Barboza, 53, CEP 01318. Rio de Janeiro: Rua Adonir Barboza, 53, CEP 01318.

PARÁ Belém: Rua Manoel Barboza, 193, CEP 66000.

PARAIBA João Pessoa: Rua do Comércio, 540, CEP 54000. João Pessoa: Rua do Comércio, 540, CEP 54000. João Pessoa: Rua do Comércio, 540, CEP 54000.

PARANÁ Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000.

PERNAMBUCO Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000.

PIAUÍ Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000.

PARANÁ Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000.

PERNAMBUCO Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000.

PIAUÍ Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000.

PARANÁ Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000. Curitiba: Rua Tibago, 408, CEP 80000.

PERNAMBUCO Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000. Recife: Rua Vitorino, 112, CEP 50000.

PIAUÍ Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000. Teresina: Rua Benedito, 144, CEP 64000.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinaturas:

Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 40.000,00
 Anual comum (25 edições) Cr\$ 20.000,00
 Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 18.700,00
 Semestral comum (26 edições) Cr\$ 9.350,00
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

PROFISSÃO: _____

DATA: _____

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adonir Barboza, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 360 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna, economiza mais de Cr\$ 40 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna. Preencha e envie hoje mesmo o cupom ao lado.

SEMANA DECISIVA PARA DIRISTAS - JA

Tribuna Operária

Para mais informações sobre a Tribuna Operária, escreva para: Editora Anita Garibaldi, Rua Adonir Barboza, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.



Foto: Acurial



“Quem está no xadrez?”

Uma das mais festejadas atrações do comício era uma grande “jaula” com um boneco dentro representando Paulo Maluf. Do lado de fora, a informação: “Este homem queria ser presidente do Brasil”. E de quebra um desenho do presidenciável do regime, com uma suástica no ombro.

O quadro ficou ainda mais curioso porque em volta da “jaula” havia uma dezena de soldados da PM. Um popular, depois de observar tudo atentamente, saiu-se com esta: “Ele é mesmo perigoso. Se deixa o homem mal guardado, ele pode fugir e aí quem vai para a cadeia somos nós!”

Osmar Santos, a certa altura, apontou para a “jaula” e perguntou quem estava “no xadrez”. Um imenso coro respondeu a uma voz: “Maluf!”. Iniciativas como esta, do Bloco Popular de Goiás, marcaram o alegre mas combativo início da campanha de rua de Tancredo Neves.



PC do B: “Povo é a garantia”

Num espírito genuinamente democrático, os partidos políticos ainda constrangidos à ilegalidade colaboraram para o sucesso do comício e tiveram direito à palavra. O Partido Comunista do Brasil, presente com faixas, bandeiras, cartazes e estandartes, divulgou milhares de panfletos com sua posição sobre a sucessão. Falando em nome da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B, Rogério Lustosa foi muito aplaudido quando saudou os trabalhadores goianos, “que iniciam com esta grandiosa manifestação uma nova jornada nacional de massas pela liberdade” e assinalou que “o povo nas ruas, mobilizado e organizado, é a garantia para que o governo Tancredo abra de fato uma transição democrática no país”.

O locutor oficial do comício, Osmar Santos, várias vezes fez o turno dos partidos presentes, indagando ao público também onde estava “a rapaziada do PC do B”, junto com o PMDB, o PDT e, só de brincadeira, o PDS, respondido com vaia. Embaixo, uma “banquinha” do partido, com uma faixa pedindo “legalidade”, não raro era procurada por pessoas simples do povo que pediam uma bandeira do PC do B para segurar no comício.

Para a campanha Tancredo começa etapa decisiva

Com mais de 300 mil pessoas na Praça Cívica, o comício pró-Tancredo do dia 14, em Goiânia, bateu o próprio recorde da manifestação pró-diretas em Goiás e deu início à fase decisiva da candidatura única das oposições. Será nas ruas, junto com o povo mobilizado, que ela se legitimará e garantirá a derrota sobre o candidato do regime.



Tancredo recebe reivindicações

O discurso de Tancredo Neves é um bom exemplo de como o povo na praça ajuda definições mais firmes. Num tom enérgico, o candidato opositorista atacou os “vinte anos de autoritarismo” e “sua trágica herança”, que deixou a nação “enxovalhada”. Logo após, o governador Iris Resende — o mais aplaudido depois de Tancredo — anunciou a entrega das resoluções do Encontro Popular e Democrático de Goiás, realizado na véspera (ver pág. 4). E o secretário-geral da Fetaeg, Divino Goulart, entregou diante da multidão o documento tirado no Encontro. Nele as lideranças do povo goiano reivindicam, entre outras medidas do governo de transição democrática, a suspensão do pagamento da dívida externa e uma Assembleia Constituinte em 1986 precedida das mais amplias liberdades.

Vaias só para Maluf e governo

O entusiasmo do povo foi permanente na manifestação, e só houve vaias para Maluf e outros representantes do regime militar. Todos os quase 60 oradores, que combateram o regime e defenderam a democracia, foram aplaudidos. Havia expectativa quanto ao ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães, mas mesmo ele foi bem recebido pela multidão quando afirmou enfático: “Tancredo sim, Maluf jamais. Tancredo é homem honesto, é um homem de bem. Maluf é a Corrupção!”. E ainda pediu a opinião do povo, perguntando à multidão: “O que Maluf é?” — para receber em seguida a resposta a 300 mil vozes: “É ladrão!”.



Artistas com a multidão

A inconfundível Fafá de Belém declarou à TO: “Este comício representou muito para todos nós que acreditamos e lutamos pela democracia. Foi a constatação de que, no atual quadro, o candidato que representa as aspirações do povo é Tancredo Neves. Se não for ele, estamos perdidos”. Também presente, o cineasta Silvio Tendler, do filme “Jango”, comentou: “Nosso objetivo é atingir as diretas, e quem traiu o povo foram os políticos que se recusaram a votar no dia. Essas pessoas, sim, traíram a nação. Nós queremos mostrar ao Governo Federal que o povo respalda e legitima a campanha de Tancredo Neves”. (Francisco Messias, de Goiânia)

